



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 007

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2010

ANO XXXV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Pedro Ivo*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 007**

### **8ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 10

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Cida Borghetti ..... 13

Dep. Antonio Belinati ..... 14

Dep. Neivo Beraldin ..... 16

Dep. Ademar Traiano ..... 16

Dep. Plauto Miró ..... 18

Dep. Mauro Moraes ..... 19

#### **Grande Expediente:**

Dep. Jocelito Canto ..... 20

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano ..... 17

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 21

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch ..... 23

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 24

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana ..... 26

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 27

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 28

Discussão/Votação

Redação Final ..... 29

1ª Discussão ..... 30

Requerimentos ..... 30

#### **Encerramento da Sessão ..... 31**

#### **Publicações:**

Atas de Comissão

Constituição e Justiça ..... 31

### **DIÁRIO Nº 007**

### **8ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2010**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Beti Pavin, Fábio Camargo, Nereu Moura e Osmar Bertoldi (05).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado: Ney Leprevost (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **Expediente:**

#### **Ofícios**

Sob o nº CEE/CC 360/10 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 493 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CEE/CC 325, 326, 328 e 329/10 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado sancionou os Projetos de Leis nºs: **Anote-se - Arquivo-se.**

637/09: De autoria do Deputado Jocelito Canto que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. César Moro Tozetto, o qual convertido em Lei tomou o nº 16395. **Anote-se - Arquivo-se.**

568/09: De autoria dos Deputados Durval Amaral e Ney Leprevost que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador Telmo Cherem, o qual convertido em Lei tomou o nº 16394. **Anote-se - Arquivo-se.**

459/09: De autoria do Deputado Chico Noroeste que, dispõe que as instituições financeiras que especifica, manterão afixados em seu interior, placas ou cartazes informando que a Lei Federal nº 8078/90, em seu artigo 52, parágrafo 2º, garante a quem efetuar a liquidação antecipada do débito, total ou parcial, a redução proporcional de juros e demais acréscimos, o qual convertido em Lei tomou o nº 16392. **Anote-se - Arquivo-se.**

287/09: De autoria do Deputado Ademir Bier que, denomina Colégio Estadual Professor Ildo José Fritzen, o Colégio Estadual situado na Rua Roque Valério Machado, nº 700, Bairro Por do Sol, Município de Entre Rios do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 16391. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 017/10 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 340/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 019/10 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 257/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 020/10 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 425/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 021/10 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 361/09, de autoria do Deputado Mario Roque, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 0475/2010/REDUR/LD do Sr. Sérgio Luiz Zacarias, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de recursos financeiros, no que se refere ao contrato de repasse OGU nº 0247594-98/2007/MAPA/CAIXA, para aquisição de colhedora automotriz para as Estações Experimentais de Londrina e Pato Branco, junto ao Programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 0562/2010/REDUR/LD do Sr. Sérgio Luiz Zacarias, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de recursos financeiros, no que se refere ao contrato de repasse OGU nº 0244890-16/2007/MAPA/CAIXA, para aquisição de máquinas e equipamentos para diversas Estações Experimentais, junto ao Programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

### **Indicações**

INDICAÇÃO Nº 011/10

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião a criação do Programa Leite aos Idosos, no Estado do Paraná.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Sr. Governador do Estado Sr. Roberto Requião, a criação do Programa Leite aos Idosos no Estado do Paraná.

Sala as Sessões, em 22/02/10.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

A presente solicitação tem como objetivo principal garantir padrões adequados de saúde e nutrição aos Idosos do Estado do Paraná, por meio de complementação alimentar e nutricional, através do consumo, diário, de leite pasteurizado, integral e enriquecido com vitaminas A e D, sendo uma garantia fundamental, qual seja a alimentação.

O Programa Leite aos Idosos consiste na distribuição gratuita, pelo Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, de leite tipo pasteurizado, integral ou padronizado, enriquecido com vitaminas A e D, aos idosos que possuem idade a partir de 60 (sessenta) anos, diariamente, no âmbito do Estado do Paraná.

A distribuição do leite deverá atender idosos e famílias previamente cadastradas, em que a renda *per capita* seja de até meio salário mínimo regional, comprovadamente.

Cabe ressaltar ainda, que o Estatuto do Idoso prevê, em seus Capítulos III e IV, o direito do Idoso à alimentação adequada e à saúde, sendo o Poder Público, no âmbito da assistência social, o responsável por prover o seu sustento nos casos em que o idoso e seus familiares não possuem condições econômicas de prover o seu próprio sustento.

Assim, a presente indicação tem por objetivo reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes do Paraná, com ações que contribuam para redução dos índices de morbi-mortalidade e de desnutrição, por meio de programas de assistência social que garantam maior qualidade de vida e longevidade aos idosos.

Além disso, o atendimento a essa solicitação pode contemplar também o desenvolvimento do setor leiteiro do Estado do Paraná, sendo, a estes produtores, garantia a aquisição, pelo Governo do Paraná, da sua produção. Dessa forma, para atender o programa Leite aos Idosos, o Poder Executivo deverá adquirir o leite dos pequenos produtores regionais, cabendo também ao Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, firmar convênios com demais entes da federação para o bom funcionamento do referido programa.

**INDICAÇÃO N° 012/10****SÚMULA:**

Sugere a reversão, ao Município de Flor da Serra do Sul, de áreas de terras do Governo, conforme específica.

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para sugerir o seguinte:

- Sejam tomadas providências urgentes no sentido efetivar a reversão, ao Município de Flor da Serra do Sul, do lote urbano n° 13 (treze) da quadra 06 (seis), com a área de 649 m<sup>2</sup>, localizado à rua Marginal, n° 01, com Matrícula n° 718 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Barracão-PR; e do Lote n° 15 (quinze) da quadra 13 (treze), com área de 912 m<sup>2</sup>, localizado à rua João Arisi, com Matrícula n° 9225, igualmente do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Barracão-PR, ambos do mencionado Município de Flor da Serra do Sul.

Conforme informações recebidas da Prefeitura Municipal, em 09/06/95, nos termos da Lei Municipal n° 033/95 foi lavrada Escritura de Doação ao Estado do Paraná, do primeiro imóvel mencionado, para fins de construção da Delegacia de Polícia local. Em 24/09/97, de acordo com a Lei Municipal n° 070/97, por Escritura de Doação, o segundo imóvel acima referido foi doado ao Estado do Paraná, para que dele fizesse uso para a construção de um módulo da Polícia Militar. Os imóveis em questão não estão sendo utilizados para os fins a que foram destinados.

O Município pretende agora construir o CRAS, para poder oferecer um atendimento de melhor qualidade à população, e não dispõe de terreno adequado para tal, razão pela qual solicita que os imóveis acima sejam revertidos ao patrimônio municipal, conforme se constata pelos documentos acostados.

Sala as Sessões, em 22/02/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

**INDICAÇÃO N° 013/10****SÚMULA:**

Propõe a criação de Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Nova Fátima.

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, Luiz Claudio Romanelli se dirige a V. Exa. para expor a reivindicar o seguinte:

As autoridades civis da região de Nova Fátima, norte do Estado do Paraná solicitam a gestão deste subscritor para que seja implantada uma nova Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Nova Fátima.

A sugestão em apreço, visa otimizar o atendimento dos usuários daquele serviço nos Municípios de Nova Fátima (sede), Congonhinhas, Santo Antonio do Paraíso e Ribeirão do Pinhal, perfazendo uma população de trinta e três mil e duzentos habitantes.

Assim, diante do exposto solicito que V. Exa. determine os estudos de viabilidade da presente proposta.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**Requerimentos****REQUERIMENTO N° 232**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste Plenário na Sessão do dia 22 do mês corrente, tendo por motivo retorno de viagem.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) DUÍLIO GENARI

## REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Estanislau Ciesla, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joana de Souza de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Isaura Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Hermenegildo Rodrigues da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Helena Leciei, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Helena dos Santos Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Euclides Venícios de Campos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Emílio de Almeida Lara, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elio Fornazari, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Edmundo Capella, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Edicleia do Rocio Guzzi, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dora Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dirceu de Jesus Alves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Debora Cristine de Mattos Damico dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Clementino Aidamack, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlos Fernando Madureira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Augusto Tramontin, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Arlete Ferreira de Andrade Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Groxico Spinardi, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alexandre Antonio Santana, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alderiz Aparecida Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Samaha, pelo falecimento do Sr. Georges Gebrail Samaha, ocorrido no dia 22 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Samaha, através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Prefeito Gabriel Jorge Samaha.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Georges Gebrail Samaha, progenitor do Sr. Gabriel Jorge Samaha, Prefeito Municipal de Piraquara.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 18 de fevereiro em Maringá, da Sra. Dora de Castro Agulhon.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) DR. BATISTA

## REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja registrado nos Anais desta casa, o envio de voto de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do Sr. João Carlos Halila, Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) do Estado do Paraná, ocorrido na última sexta-feira, dia 19 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Importante liderança política do Município de São João do Triunfo e da Região dos Campos Gerais, o amigo e companheiro João Carlos Halila merece toda a nossa homenagem por sua dignidade, dedicação e envolvimento social em projetos frente à Presidência do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná. Estendo votos de pesar e solidariedade aos familiares, em especial ao Vereador Pedro Halila, amigo de longa data, nesse momento de dor e saudade.

Requer ainda que seja dada ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à Fazenda Santa Rita, Comunidade Faxinal dos Ferreiras.

## REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Samaha pelo falecimento do Sr. Georges Gabriel Samaha, ocorrido no dia 22/02/10, no Município de Piraquara.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. Gabriel (Gabão) Samaha.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) BETI PAVIN

## REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do douto e soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à RPC - Rede Paranaense de Comunicação, pelo lançamento da

RPCTV Digital, em Londrina, através da TV Coroados, afiliada à Rede Globo. A Coroados foi a 1ª estação de televisão do interior do Brasil a transmitir telejornal, o que ocorreu na noite do dia 21/09/63. Portanto, trata-se de um canal que tem história.

Requeiro que a homenagem e o Reconhecimento Público desta Casa de Leis sejam transmitidos aos empresários, Guilherme Dorig Cunha Pereira, Presidente da RPC; e para Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, diretora da Unidade de Negócios e Jornal do mesmo complexo empresarial. Com o novo sistema, Londrina incorpora-se ao que há de melhor nessa importância área de comunicação. Trata-se de um grande avanço, mostrando o respeito dos dirigentes da RPC com os paranaenses radicados no interior que, a partir de agora, têm o privilégio de receber a programação da TV Coroados com a qualidade técnica de absoluto 1º mundo.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a nova patronagem do CTG Pealando a Saudade de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda que seja dada ciência à patronagem, através do Relações Públicas, Olívio Citadin.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de grande admirador da cultura gaúcha, é oportuno prestar uma justa homenagem aos que lutam pela conservação dos usos e costumes das tradições gaúchas no Município de Quedas do Iguaçu.

A nova patronagem do CTG Pealando a Saudade foi empossada recentemente com a grande missão de oportunizar que as pessoas possam ter conhecimento das raízes e da cultura gaúcha, bem como manter viva a memória, os seus valores e suas tradições.

Para isso, o patrão Milton Veronese, o vice-patrão José Carlos Dalbosco, o primeiro tesoureiro Renato Melara, o segundo tesoureiro Genésio Toczek, a primeira secretária Alessandra de Souza Garcia, a segunda secretária Lenise Batistela Dalmolin, o primeiro relações públicas Ladislau Stachelski, o segundo relações públicas Olívio Citadin e demais membros assumiram a responsabilidade de não somente dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

Sendo assim, este parlamentar parabeniza a nova patronagem, desejando sucesso nesta empreitada.

## REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a nova patronagem do CTG Pealando a Saudade de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda que seja dada ciência à patronagem, através do Relações Públicas, Ladislau Stachelski.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de grande admirador da cultura gaúcha, é oportuno prestar uma justa homenagem aos que lutam pela conservação dos usos e costumes das tradições gaúchas no Município de Quedas do Iguaçu.

A nova patronagem do CTG Pealando a Saudade foi empossada recentemente com a grande missão de oportunizar que as pessoas possam ter conhecimento das raízes e da cultura gaúcha, bem como manter viva a memória, os seus valores e suas tradições.

Para isso, o patrão Milton Veronese, o vice-patrão José Carlos Dalbosco, o primeiro tesoureiro Renato Melara, o segundo tesoureiro Genésio Toczek, a primeira secretária Alessandra de Souza Garcia, a segunda secretária Lenise Batistela Dalmolin, o primeiro relações públicas Ladislau Stachelski, o segundo relações públicas Olivio Citadin e demais membros assumiram a responsabilidade de não somente dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

Sendo assim, este parlamentar parabeniza a nova patronagem, desejando sucesso nesta empreitada.

REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a nova patronagem do CTG Pealando a Saudade de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda que seja dada ciência à patronagem, através de sua segunda secretária, Lenise Batistela Dalmolin.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de grande admirador da cultura gaúcha, é oportuno prestar uma justa homenagem aos que lutam pela conservação dos usos e costumes das tradições gaúchas no Município de Quedas do Iguaçu.

A nova patronagem do CTG Pealando a Saudade foi empossada recentemente com a grande missão de oportunizar que as pessoas possam ter conhecimento das raízes e da cultura gaúcha, bem como manter viva a memória, os seus valores e suas tradições.

Para isso, o patrão Milton Veronese, o vice-patrão José Carlos Dalbosco, o primeiro tesoureiro Renato Melara, o segundo tesoureiro Genésio Toczek, a primeira secretária Alessandra de Souza Garcia, a segunda secretária Lenise Batistela Dalmolin e demais membros

assumiram a responsabilidade de não somente dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

Sendo assim, este parlamentar parabeniza a nova patronagem, desejando sucesso nesta empreitada.

REQUERIMENTO Nº 212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a nova patronagem do CTG Pealando a Saudade de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda que seja dada ciência à patronagem, através de sua primeira secretária, Alessandra de Souza Garcia.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de grande admirador da cultura gaúcha, é oportuno prestar uma justa homenagem aos que lutam pela conservação dos usos e costumes das tradições gaúchas no Município de Quedas do Iguaçu.

A nova patronagem do CTG Pealando a Saudade foi empossada recentemente com a grande missão de oportunizar que as pessoas possam ter conhecimento das raízes e da cultura gaúcha, bem como manter viva a memória, os seus valores e suas tradições.

Para isso, o patrão Milton Veronese, o vice-patrão José Carlos Dalbosco, o primeiro tesoureiro Renato Melara, o segundo tesoureiro Genésio Toczek, a primeira secretária Alessandra de Souza Garcia, a segunda secretária Lenise Batistela Dalmolin e demais membros assumiram a responsabilidade de não somente dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

Sendo assim, este parlamentar parabeniza a nova patronagem, desejando sucesso nesta empreitada.

REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a nova patronagem do CTG Pealando a Saudade de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda que seja dada ciência à patronagem, através de seu primeiro tesoureiro, Renato Melara.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de grande admirador da cultura gaúcha, é oportuno prestar uma justa homenagem aos que lutam pela conservação dos usos e costumes das tradições gaúchas no Município de Quedas do Iguaçu.

A nova patronagem do CTG Pealando a Saudade foi empossada recentemente com a grande missão de

oportunizar que as pessoas possam ter conhecimento das raízes e da cultura gaúcha, bem como manter viva a memória, os seus valores e suas tradições.

Para isso, o patrão Milton Veronese, o vice-patrão José Carlos Dalbosco, o primeiro tesoureiro Renato Melara, o segundo tesoureiro Genésio Toczec e mais quinze membros assumiram a responsabilidade de não somente dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

Sendo assim, este parlamentar parabeniza a nova patronagem, desejando sucesso nesta empreitada.

#### REQUERIMENTO N° 214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a nova patronagem do CTG Pealando a Saudade de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda que seja dada ciência à patronagem, através de seu vice-presidente, José Carlos Dalbosco.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de grande admirador da cultura gaúcha, é oportuno prestar uma justa homenagem aos que lutam pela conservação dos usos e costumes das tradições gaúchas no Município de Quedas do Iguaçu.

A nova patronagem do CTG Pealando a Saudade foi empossada recentemente com a grande missão de oportunizar que as pessoas possam ter conhecimento das raízes e da cultura gaúcha, bem como manter viva a memória, os seus valores e suas tradições.

Para isso, o patrão Milton Veronese, o vice-patrão José Carlos Dalbosco, o primeiro tesoureiro Renato Melara, o segundo tesoureiro Genésio Toczec e mais quinze membros assumiram a responsabilidade de não somente dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

Sendo assim, este parlamentar parabeniza a nova patronagem, desejando sucesso nesta empreitada.

#### REQUERIMENTO N° 215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a nova patronagem do CTG Pealando a Saudade de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda que seja dada ciência à patronagem, através de seu segundo tesoureiro, Genésio Toczec.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de grande admirador da cultura gaúcha, é oportuno prestar uma justa homenagem aos que lutam pela conservação dos usos e costumes das tradições gaúchas no Município de Quedas do Iguaçu.

A nova patronagem do CTG Pealando a Saudade foi empossada recentemente com a grande missão de oportunizar que as pessoas possam ter conhecimento das raízes e da cultura gaúcha, bem como manter viva a memória, os seus valores e suas tradições.

Para isso, o patrão Milton Veronese, o vice-patrão José Carlos Dalbosco, o primeiro tesoureiro Renato Melara, o segundo tesoureiro Genésio Toczec e mais quinze membros assumiram a responsabilidade de não somente dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

Sendo assim, este parlamentar parabeniza a nova patronagem, desejando sucesso nesta empreitada.

#### REQUERIMENTO N° 218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações a Roberto Braatz, pela convocação com árbitro auxiliar para a Copa do Mundo de 2010.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao congratulado.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O árbitro é paranaense, do Município de Marechal Cândido Rondon e foi escalado para arbitrar partidas da Copa do Mundo na África do Sul, sendo um dos três representantes brasileiros na competição, que contará com trinta trios de arbitragem.

#### REQUERIMENTO N° 221

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações aos novos dirigentes da Associação Paranaense dos Juizes Federais - APAJUFE, na pessoa de seu Presidente Sr. Dr. Anderson Furlan.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à S. Exa. Dom Rafael Biernaski pela sua nomeação como Bispo auxiliar da Arquidiocese de Curitiba.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência a S. Exa. Dom Rafael Biernaski, bem como a S. Exa. Dom Moacir José Vitti Digníssimo Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É grande a satisfação que sentimos ao constatar que o Santo Padre Bento XVI - nomeou o Padre Biernaski, como Bispo auxiliar da Arquidiocese de Curitiba a pedido de S. Exa. Reverendíssimo Dom Moacir José Vitti, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Monsenhor Rafael é curitibano com 54 anos de idade, será ordenado em 15 de abril próximo, na Catedral Metropolitana, serão celebrantes o Cardeal Dom Geraldo Majella Agnello, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Moacir José Vitti, e Dom Pedro Fedalto, Arcebispo emérito de Curitiba.

Honra-nos, sobremodo a chegada que fará a Curitiba. Dom Rafael Biernaski, para assumir como Bispo Auxiliar na Arquidiocese da Capital paranaense, e, nós como ovelhas submissas de seu imenso rebanho, recebemos pois, como nosso amado pastor é aqui estaremos para atender a sua benção pastoral, não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A fama de S. Exa. Reverendíssima, tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, será um penhor seguro de conforto para as almas que se acharão sob sua jurisdição eclesiástica. estaremos prontos a ouvir sua palavra apostolar, a imitar os seus exemplos, e, a seguir seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

Seja pois, bem-vindo entre nós, ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, na certeza de que se achará entre filhos que estarão ansiosos para lhe demonstrar seu aspecto e afetuoso amor filial.

**REQUERIMENTO Nº 228**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. Anderson Furlan pela sua posse no dia de hoje, na Associação Paranaense dos Juizes Federais.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) DR. BATISTA

**REQUERIMENTO Nº 186**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Hermas Eurides Brandão, solicitando cópia do Relatório nº 115.192/09-TC, resultante da inspetoria realizada junto ao Tribunal de Justiça do Estado, relativo ao quadro funcional daquele egrégio Tribunal, citado em matéria do Jornal Gazeta do Povo de 21/02/10.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 220**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Eduardo Dalmora, Prefeito Municipal de Matinhos, solicitando a colocação de placas de sinalização de passagem de pedestres e tartarugas na rua Rio Grande, nas proximidades da Igreja Universal do Reino de Deus, no referido Município.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 222**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Lauro Calixto, bairro Tatuquara, que solicitam policiamento ostensivo nessa rua e das proximidades, devido a ocorrência constante de assaltos à mão armada. Segundo os moradores, nunca tem uma viatura policial para atender as ocorrências, que intensificam-se principalmente entre 5 e 7h, quando trabalhadores e estudantes saem de suas residências. A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará segurança para toda comunidade.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

***Projetos de Lei*****PROJETO DE LEI Nº 039/10**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o reenquadramento dos profissionais de engenharia e arquitetura pertencentes ao QPPE enquadrados nos cargos de Agentes Profissionais exercendo funções de Engenheiro ou Arquiteto, para que as suas remunerações passem a ser iguais ou superiores ao valor do piso salarial da categoria, definido nos termos da Lei Federal nº 4950/A, de 1966.

Parágrafo Único. Após o reenquadramento dos Agentes Profissionais indicados no *caput* desse artigo, a continuidade do desenvolvimento das carreiras desses profissionais, bem como correções salariais, se darão de acordo com o definido pela Lei Estadual nº 13666/02.

Art. 2º Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o valor do piso salarial definido pela Lei Federal nº 4950/A, para o ingresso nos cargos de Agentes Profis-

sionais, Engenheiros e Arquitetos no QPPE, mediante concurso público.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O nível dos investimentos públicos no Brasil foi reduzido drasticamente a partir da década de 1980, se a compararmos com as décadas de 50, 60 e 80. Estudos recentemente publicados pelo DIEESE, em parceria com o Sindicato dos Engenheiros (SENGE-PR), mostram que a média de investimentos no Brasil nos últimos dez anos não passou de 1,7% do PIB, o que nos coloca em posição inferior aos demais países ditos emergentes.

Podemos afirmar, sem chance de errar, que este foi o principal motivo de termos assistido nos últimos anos ao desmantelamento das entidades ligadas ao planejamento e à implantação das infraestruturas públicas, principalmente as voltadas para a movimentação de cargas e a estruturação das grandes Cidades brasileiras.

Prova disto tem sido a dificuldade de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal que, fundamentado basicamente em investimentos de infraestrutura, tem sofrido sérias restrições de implementação em função da baixa capacidade do poder público em gerir projetos desta natureza.

Dentro de um contexto como o vivido nas décadas de 1980 e 90 e no início do novo século, o enfraquecimento dos setores de engenharia do setor público obedeceram a uma relação de causa e efeito direta, em que a falta de recursos financeiros para investimentos públicos reduziram a demanda por planejamento e obras, levando à fragilização de setores da engenharia.

A partir da fragilização das entidades públicas de engenharia, assistimos também à desvalorização do trabalho dos engenheiros ligados a estas instituições, num círculo vicioso em que a falta de recursos para investimento levou à desvalorização dos profissionais que, por sentirem-se desprestigiados, se afastaram do serviço público, tornando o Estado menos eficiente e capaz de planejar e implantar o chamado capital público.

A exclusão dos engenheiros do setor público da abrangência da Lei Federal nº 4950/A, de 1966, que estabelece um piso salarial para os engenheiros do setor privado, acarretou o declínio da remuneração dos profissionais, chegando-se a uma situação hoje insustentável no Governo do Estado e nas Prefeituras Municipais. Isso acaba por contribuir para o desinteresse dos profissionais em seguir uma carreira pública, bem como levou muitos a deixá-la.

Num momento em que o Brasil emerge da situação de estagnação econômica que viveu por 25 anos, e

quando pretende-se que o setor público volte a exercer papel preponderante na superação dos déficits de infraestrutura que se estabeleceram em todos os setores, temos que pensar que não basta termos recursos financeiros para que isso se torne uma realidade. Temos, também, que remover as barreiras técnicas e gerenciais criadas a partir de uma situação econômica anômala que queremos ver definitivamente afastada da sociedade brasileira.

Para isso, temos que remover o fator de maior impedimento à retomada da capacidade do Estado do Paraná em recapacitar suas entidades de planejamento e execução de infraestrutura, que é o salário de ingresso do engenheiro na carreira pública. Hoje, ele é de apenas R\$ 2.265,63.

Não existe a menor possibilidade de recompor os quadros de engenheiros do Estado do Paraná com um salário de ingresso dessa dimensão. Mesmo que surjam candidatos na fase de concursos, a história recente demonstra que estes trabalhadores não permanecem no setor público, abandonando-o na primeira oportunidade de melhor remuneração.

Caso exemplar é o último concurso de engenheiros do DER/PR, onde 34 profissionais ingressaram na instituição e mais de 50% já abandonaram os empregos após decorridos menos de 05 anos de suas admissões.

Neste sentido, este projeto de lei propõe que o salário de ingresso na carreira de engenheiro e arquiteto no setor público estadual seja igual ao piso profissional pago pela iniciativa privada, que hoje é de R\$ 4.185,00.

Assim, poderemos atrair profissionais mais capacitados que, uma vez ocupando uma função pública, não irão abandoná-la na primeira oportunidade de receber um salário mais condizente com a sua formação e responsabilidades.

Da mesma forma, todos os engenheiros e arquitetos já pertencentes ao Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná devem ser reenquadrados, pelos argumentos aqui já expostos, de modo que seus salários sejam iguais ou superiores ao piso salarial da categoria.

PROJETO DE LEI Nº 040/10

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Governo do Estado fica com o dever de distribuir todos os anos o boleto do IPVA (imposto de veículos).

Art. 2º Todos aqueles contribuintes que não puderem pagar o IPVA de 2010, por falta do boleto, terão a oportunidade de pagar com desconto até o dia 01/06/10.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Como o Governo do Estado não cientificou os contribuintes que não iriam enviar os boletos do IPVA, grande maioria perdeu a oportunidade de pagar com desconto, esta é a razão que estamos apresentando este projeto de lei, para atender a enorme reclamação que recebemos dos contribuintes paranaenses. Isso sem considerar que muitos contribuintes não podem ter acesso à internet para a obtenção do boleto para pagamento.

Esperamos a aprovação dos nobres colegas e das colegas.

**PROJETO DE LEI Nº 041/10**  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, com sede em São Paulo com estabelecimentos em Curitiba e outras Cidades do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) ALEXANDRE CURTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC é uma associação civil de direito privado, filantrópica, de caráter não econômico, fundada em 1958, tem por finalidade criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem a cultura, a beneficência, a assistência social, a promoção humana, a educação, ao ensino e a formação religiosa. Tem atuação em duas grandes áreas: Educação e Assistência Social. Cada uma delas possui um serviço e programa de atendimento da seguinte forma: Na área de Educação conta com os seguintes serviços: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Aprendizagem Profissional. Conta ainda com os seguintes programas: Concessão de Bolsa Social para Educação Básica, Programa Vida Feliz e Biblioteca Interativa.

Já a área de Assistência Social conta com os seguintes serviços: apoio sócioeducativo, orientação sociofamiliar e socioeconomia solidária e atenção a pessoa idosa. Os programas relacionados a esse ramo de atuação da Associação são: Formação Juvenil, Programa Vida Feliz, Biblioteca Interativa e Apoio Institucional à Entidade de Assistência Social.

Merece destaque o fato de a ABEC ser mantenedora de 11 colégios particulares no Estado de São Paulo, Paraná e Brasília-DF, desenvolvendo atividades de ensino e formação de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Além das atividades regulares e da concessão de bolsas de estudo para Educação Básica, o Núcleo de Pastoral dos Colégios promovem com os educandos ações de cidadania e solidariedade, através dos projetos de incentivo ao desenvolvimento da cultura da solidariedade e de

participação comunitária, em práticas voluntárias de ação social junto à comunidade, com vistas à formação da consciência social e do compromisso com a solidariedade.

Por meio da mobilização comunitária também contempla a cessão de espaço e fortalecimento da rede de serviços socioassistenciais locais, desenvolvendo campanhas com a participação dos alunos, pais e comunidade local e demais instituições que compõem a rede socioassistencial.

A ABEC também mantém em funcionamento 8 unidades educacionais totalmente gratuitas que atendem crianças e adolescentes em situação de fragilidade e risco social, moradores em áreas periféricas em diversos Estados, tendo no Paraná representatividade nas Cidades de Ponta Grossa, Almirante Tamandaré e Cascavel.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade no seio da comunidade a que se destina representar, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma associação, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 60.982.352/0028-31, sede do Setor de Assistência Social à rua Imaculada Conceição, 1155, 8º andar, Prado Velho, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do Estado do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 042/10**  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação dos Moradores do Jardim Bandeirantes, Vila Industrial, Conjunto Orion, Lauro da Veiga, Gávea, Jardim Messiânico e Jardim Delta - SABBI, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes e bairros vizinhos, conhecida como SABBI, é uma associação que presta há muitos anos relevantes serviços para os moradores da região Oeste de Londrina. A atuação marcante e engajada da SABBI, conta com o reconhecimento de todos, moradores, comerciantes, órgãos públicos e instituições religiosas.

A SABBI oferece cursos de capacitação para mulheres e adolescentes, escolinhas de treinamento e

aperfeiçoamento esportivo (07 modalidades) envolvendo nestas escolinhas mais de 300 crianças, além das inúmeras atividades de representação e luta dos interesse da região.

As atividades acontecem durante todo o ano, o reconhecimento deste parlamento à SABBI garantirá maior acesso aos órgãos públicos estaduais.

Desta forma a SABBI é uma associação importante e de grande atuação na sua área sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 043/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a meia entrada para deficientes físicos nos eventos teatrais realizados em todos os locais públicos de cultura, em casa de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares do Estado do Paraná.

Art. 2º A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/02/10.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: sabe-se que as pessoas que têm deficiências físicas têm reduzida a sua capacidade laborativa e, em consequência disso, sua renda.

Em casos extremos, algumas nem sequer podem exercer algum mister que lhes dê independência financeira.

A concessão do benefício da meia-entrada em teatro - benefício já concedido no caso de entradas em cinemas - facultará a essas pessoas a possibilidade de ter acesso a um dos meios mais importantes de nossa expressão cultural.

Ademais, esse é um pleito justo e louvável, que resultará em benefício que, longe de privilegiar uma minoria, corrigirá uma distorção que fará justiça aos deficientes físicos.

Tratar desigualmente os desiguais é o princípio da equidade, que possibilita a aplicação da norma ao caso concreto.

No presente caso, mais do que equidade, a aprovação do presente projeto de lei fará justiça aos deficientes

físicos que atualmente se encontram privados do acesso a espetáculos teatrais por falta de recursos financeiros.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão.

### *Pequeno Expediente:*

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, à Sra. Deputada Cida Borghetti.

### *Deputada Cida Borghetti (PP)*

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, descendentes de italianos, nossa colega Parlamentar Luciana Rafagnin, imprensa, Jean Luca Cantoni, que muito nos honra com sua presença e neste momento representa o Consulado da Itália para o Paraná e Santa Catarina, nosso Cônsul Sr. Vitório Esperança, seja muito bem-vindo a Casa do Povo do Paraná.

Hoje é um dia muito especial. (**Lê**):

“No dia 21 de fevereiro comemoramos o Dia do Imigrante Italiano no Brasil, a fala anônima de um italiano para o Ministro de Estado da Itália, demonstra a difícil situação dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil; que entendeis por uma Nação, Sr. Ministro? É a massa dos infelizes? Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos pão branco, cultivamos a videira, mas não bebemos o vinho. Criamos animais, mas não comemos a carne. Apesar disso, vós nos aconselhais a não abandonarmos a nossa Pátria? Mas é uma Pátria a terra onde não se consegue viver do próprio trabalho.

A primeira viagem de imigrantes italianos para o Brasil aconteceu no dia 3 de janeiro de 1874, às 13h, quando partiram do porto de Gênova, em um navio à vela, o La Sofia, na Expedição Tabacchi, e a segunda pelo Rivadávia, ambos de bandeira francesa.

O Sofia chegou ao Brasil em 21 de fevereiro de 1874, 386 famílias a bordo, para as terras de Pietro Tabacchi, em Santa Cruz. Segundo o sociólogo italiano Renzo Grosselli, a expedição de Pietro Tabacchi foi o primeiro caso de partida em massa de imigrantes da Região Norte da Itália para o Brasil.

O nome da colônia criada no Espírito Santo, pelo Governo Brasileiro, chamava-se Nova Trento.

Podemos dizer que Santa Cruz foi o berço da imigração italiana no Brasil.

Na primeira metade do século XIX, a Europa encontrava-se marcada por diversas revoluções, ocasionando profundas modificações políticas e econômicas.

Em 1861, somente 600 mil podiam votar. As massas populares não eram consideradas povo. Os cargos políticos eram impostos pelo Rei. Com essa situação, com as autoridades insensíveis às necessidades das massas populares começaram os primeiros movimentos emi-

gratórios. A longa emigração aconteceu no período de 1860 a 1865.

A Inglaterra, a França e a Alemanha já haviam ingressado na era industrial. A Itália era um País de miseráveis e analfabetos. A emigração era estimulada pelo Governo e era a solução de sobrevivência para as famílias. Assim, é possível entender a saída de aproximadamente 7 milhões de italianos no período compreendido entre 1860 e 1920.

Em 1850 o Brasil necessitava de mão de obra especializada. Nesse ano foi adotada a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico negro. O Governo brasileiro tomou conhecimento do grande fluxo de italianos embarcando rumo aos Estados Unidos, Austrália e para a própria América do Sul, levando na bagagem sonhos de uma vida melhor.

A primeira leva de imigrantes italianos vinda ao Brasil aconteceu em 1874. A travessia do Atlântico, em velhos navios, era dramática. Eram comuns mortes e naufrágios. Os emigrantes vinham para os Estados do Sul e para o Sudoeste. Graças à vontade férrea, a maioria dos imigrantes prosperou, tornando-se proprietários e alguns bem abastados.

A saída dos italianos reduziu a população a Itália, e aquele País conseguiu se desenvolver, pois o alimento passou a ser suficiente para os que ficaram. Além disso, os italianos espalhados pelo mundo passaram a enviar dinheiro para os familiares. Os italianos do Brasil escreviam aos compatriotas elogiando as terras, água, os ares e assim vinham novas famílias já com terras reservadas.

A Itália hoje tem seus filhos 'All Estero' (no estrangeiro), calculados em 20 milhões, a maioria vivendo no Brasil. Os ítalo-brasileiros são considerados a maior população de oriundi (descendentes de italianos) fora da Itália. É um orgulho para mim fazer parte dessa população que cultiva as raízes dos nonos vindos da Itália. Gente trabalhadora e digna que aqui ficou raízes e formaram uma grande família.

Em 2008, o Presidente em exercício, José Alencar, sancionou a lei aprovada no Congresso Nacional, oficializando o Dia do Imigrante Italiano em 21 de fevereiro. O Senador Gerson Camata foi o autor da matéria convertida em lei.

Vinte e um de fevereiro marca o dia da chegada, em 1874, da primeira expedição de italianos, a bordo do vapor Sofia, num total de 386 famílias desembarcadas no porto de Vitória. Os italianos não aportaram no Brasil com o fito de explorá-lo, mas sim para contribuir com a colonização, pois a maioria para cá trouxe a família e aqui ficaram.

Não poderia aqui trazer todos os detalhes da luta obstinada e vitoriosa dos imigrantes. A longa trajetória também contém as dificuldades enfrentadas no período do Estado novo, quando antagonismos econômicos impuseram sofrimentos aos italianos aqui radicados.

O Presidente do Comitê para Paraná e Santa Catarina, Geanluca Cantoni. Que nos prestigia com sua hon-

rosa presença, assim como nós, vivencia essa história e nos orgulhamos de nossas origens."

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputado Dr. Batista, Deputado Alexandre Curi, Deputado Jonas, Prefeito Edno Guimarães que aqui está, Sr. Cônsul da Itália. O PSDB hoje indicou o seu pré-candidato a Governador do Paraná. É sabido que o Senador Álvaro Dias, trabalhando em Brasília, ele declinou de uma situação que até seria muito natural, muito lógica, dele, Álvaro Dias, formar aqui no Paraná o diretório do seu partido, do PSDB, que é um partido forte, um partido grande, e acabou o Álvaro Dias liberando para que um grupo, alinhado politicamente com o Prefeito Beto Richa, organizasse o diretório. É lógico, aconteceu o que era previsto. O PSDB que está organizado pelo grupo do Prefeito Beto Richa acabou prevalecendo a força desse grupo, indicando o Beto Richa como pré-candidato do PSDB a Governador do Paraná. O PSDB não é meu partido. Sou do Partido Progressista, mas Álvaro Dias é uma grande força eleitoral que ninguém, se quer chegar ao Palácio Iguazu, vai abrir mão. O Álvaro Dias vai ter um peso extraordinário na decisão. É um grande Senador, apontado como o melhor Senador do País. Fez um grande trabalho como Governador.

Outro dia, meu sobrinho que é Vereador em Londrina, foi o Vereador mais votado nas últimas eleições, fez mais de 8 mil votos, Vereador Marcelo Belinati. Ele contava, da tribuna da Câmara de Vereadores de Londrina, que jamais poderia pensar em cursar uma universidade, se não fosse o Álvaro Dias ter acabado com o ensino pago nas universidades estaduais do Paraná. Porque a mãe do Marcelo Belinati é professora, tem um salário modesto e, como o Álvaro Dias implantou a gratuidade no ensino superior, o meu sobrinho pôde ser formar médico, advogado é o Vereador mais votado de Londrina e tem até seu nome apontado como eventual futuro Prefeito daquela Cidade. Essa indicação foi um diretório que está organizado pelo grupo do Beto Richa, seria até estranho não indicar o Beto Richa como candidato. Volto a repetir, as eleições ainda estão por vir, mas ninguém poderá presidir da força, do prestígio e do apoio do Senador Álvaro Dias para vencer as eleições de Governador do Paraná.

Recebo uma mensagem do professor do Estado Marcelo Risaro em Arapongas que está indignado com a criação do auxílio reclusão. Aliás, o Presidente Lula, que é um grande Presidente, agora botou na cabeça que ele vai dar uma pensão para os jogadores que jogaram fute-

bol na Copa do Mundo e que foram campeões. Tem jogador que até já morreu. Tem o Tostão que abriu mão, disse que é a maior vergonha. O Tostão hoje formado médico poderia hoje receber, com essa caridade do Presidente Lula, mais de 400 mil reais. Tem jogador que não está precisando, como o Tostão. O Tostão falou que não quer essa ajuda do Lula, porque não é do bolso do Lula, é dos cofres públicos.

Agora, tem gente que fica uma eternidade na fila da Previdência Social. É tanto documento que se exige para dar uma miserável aposentadoria de um salário-mínimo, que tem um outro cidadão, uma outra mulher, que acaba até desistindo. Vai, volta, marca o dia, chega lá e espera. De repente, ficam muitos anos na expectativa de pegar, às vezes, um salário mínimo.

O Paulo Maluf foi condenado, teve que pagar do bolso, depois continuou batalhando judicialmente para derrubar uma decisão que o condenou, porque deu um carro, em 1970, para cada jogador da seleção que ganhou o tricampeonato. Então, o Presidente Lula quer dar dinheiro para os jogadores de futebol? Dê dinheiro do seu bolso, Lula! O senhor já recebeu uma fortuna como preso político. Agora, um País que tem tanta miséria, gente precisando de remédio, tem gente que não tem dinheiro para comprar um par de óculos, uma perna mecânica, um braço mecânico, um botijão de gás. Aqui mesmo pelos corredores da Assembleia, todo dia, tem gente implorando por uma ajuda e, se não damos ajuda, somos apontados como desumanos, se damos ajuda e tiver algum fiscal da Justiça Eleitoral, o que vai acontecer? O político fica inelegível porque vão dizer que é compra de voto, abuso de poder econômico.

Do jeito que está, Deputado Jocelito Canto, V. Exa. que é uma figura humana, se dermos um sanduíche para um mendigo, para um pedinte - que, muitas vezes, nem título de eleitor possui ou nem sabe que o cidadão que está dando ajuda, é Deputado - se tiver alguém da Justiça Eleitoral e ver V. Exa. dando um sanduíche para matar a fome de um pedinte, V. Exa. vai ficar inelegível porque vão dizer que é compra de voto, é abuso de poder econômico. E o Lula, para ficar ainda na fotografia para tentar arrumar mais voto ainda para Dilma Rousseff, agora, quer ser o papai-noel. O Lula que já é o grande papai-noel dos banqueiros. Está aí o Itaú que passou de 10 bilhões o lucro do Banco Itaú, em apenas 12 meses. O maior papai-noel do BRADESCO, do Itaú, do Econômico chama-se Luís Inácio Lula da Silva. Eles cobram o que querem. O cidadão, não pode pagar, se suicida, fica tomando calmante, antidepressivo e os banqueiros estão lá festejando o papai Lula que, agora, quer dar mais de R\$ 400 mil para quem vestiu a camisa da Seleção Brasileira. Tem aquele craque que não foi campeão, mas, muitas vezes, fez o melhor que pode e não vai, Deputado Caíto Quintana, receber nada de ajuda.

Recebo e-mail do Sr. Milton Nantes: *Deputado Belinati, o Governo faz tanta propaganda, apresenta tantos benefícios que a COPEL dá para população parana-*

*ense, muitas vezes ajuda até para pessoas que não precisam, e esquece de dar benefício às pessoas que realmente precisam.* O Sr. Milton Nantes conta o caso da Flávia de 33 anos, mãe de um filho de oito meses, que paga aluguel - onde mora ela e o filho, na rua Paranaguá. Foi constatado câncer no útero e ele não tem condições de pagar a operação, tem que pagar conta de luz da COPEL. Então, está aqui dizendo o cidadão que tem gente que não precisa da ajuda e o Governo dá, às vezes, para quem precisa e, muitas vezes, dá benefício para quem também não precisa. Essa é a grande verdade. Acabei de citar, inclusive, agora os ex-jogadores de futebol.

A nossa assessoria, o Alan, nossos queridos Genar e Gustavo: nossas queridas Kelly e Márcia, nossa equipe de trabalho tem recebido os e-mails e damos a melhor atenção possível. agradeço a toda equipe do gabinete da Cida Borghetti, o Saulo, toda aquela equipe, o Batata que, também, tem nos ajudado muito. Eles dão uma atenção muito especial a todos os cidadãos, sejam eleitores nossos ou não. Não temos que perguntar para quem nos procura aqui na Assembleia ou nos manda um e-mail ou telefona para quem votou. Estamos aqui para trabalhar para todo Estado do Paraná, independente de cor partidária, religiosa, de quem votou ou de quem não votou. É esse o pensamento também do grande líder Duílio Genari.

Vejo aqui da Cris Maris: *Deputado Belinati, em primeiro lugar me orgulho muito por existir no nosso Estado um Deputado assim como o senhor. Mesmo não sendo da minha Cidade acredito em tudo que faz, que luta pelo bem do nosso Estado. O simples fato de ler os e-mails já mobiliza e abre um pouco os ouvidos de quem nem sequer ouve a população.*

São os graúdos da política. Deputado Alexandre Curi, V. Exa. é jovem, poderia amanhecer pelas baladas. E quantas vezes o vemos a cada dia numa região do Paraná, com vigor, com entusiasmo, atendendo Prefeitos, Vereadores, dirigentes de entidades. Mas, nem toda autoridade faz e age como o próprio Alexandre Curi. Tem autoridade que nem sequer para ouvir o que o povo tem a dizer. E diz aqui a nossa Cris Maris - a primeira reclamação é sobre o absurdo do IPTU cobrado na praia de Matinhos: *O senhor sabia que o Prefeito teve a audácia de aumentar 100% o valor do IPTU?* Ela diz que pagava R\$ 400 e agora R\$ 800 e não tem grandes melhorias. O Prefeito fala que arrumou o calçadão, mas só taparam os buracos.

Esperamos que as nossas autoridades atendam esta cidadã. Primeiro não é hora de aumentar o valor do IPTU porque o imóvel não valorizou em lugar nenhum do Brasil por causa da crise econômica. Mas, independente disso, cada Prefeito, tem que fazer obras para o nosso povo. Cada autoridade do Governo tem que colocar a máquina para serviço do nosso povo.

E falando em Governo, o Governador Requião ameaçou demitir os policiais civis que fizerem greve. Só que o Governador Requião prometeu faz seis anos, o

Plano de Cargos, Carreiras, e Salários para os policiais civis e não cumpriu com o que prometeu. O Governo acabou recorrendo a Justiça para proibir a greve dos policiais. Não adianta proibir. O policial fica proibido de fazer greve, ele faz da operação padrão: faz corpo mole. E a bandidagem vai agir. Se a violência já está demais no Paraná, com os policiais de braços cruzados, a população que paga seus tributos, que mora, que trabalha nesse Estado, vai sofrer muito mais violência ainda porque os bandidos vão ter mais liberdade de agir.

Os policiais militares também continuam aguardando. A PEC dos subsídios está aqui nesta Casa. Para os policiais militares, bombeiros. O pessoal da área da Saúde do Estado, os professores, os servidores. Por esses dias terá uma paralisação dos professores da rede estadual de ensino. Então, o nosso apelo ao Requião: antes de ameaçar e demitir, abra o coração, abra as portas do palácio. São os últimos dias do Governo do Requião e corrija as injustiças que o Estado tem praticado, ao longo desses anos contra os nossos valorosos servidores. Direitos humanos para obrigatoriamente também por boas condições de trabalho e de salário justo para o policial civil, para o policial militar, para o bombeiro, servidor, professor, todos que dão o melhor de si para o engrandecimento do serviço público e para bem, servir a todos os cidadãos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para prestar uma homenagem ao grande desportista, jornalista, radialista, Leônidas Dias.

Leônidas Dias começou o Campeonato Folha de Tamandaré em 1985. Naquela oportunidade ele atraía alguns clubes da Região Norte de Curitiba e foi crescendo a sua luta, vieram as adversidades e ele foi vencendo todas elas, foi ampliando o Campeonato Folha de Almirante Tamandaré.

Hoje, para se ter uma ideia, Leônidas Dias consegue congrega num campeonato 11 Municípios da Região Metropolitana, ou seja, Fazenda Rio Grande, Bocaiúva do Sul, Quatro Barras, Tunas do Paraná, Piraquara, Almirante Tamandaré, Pinhais, Itaperuçu, Campina Grande do Sul, Colombo e Curitiba, congregando mais de 1 mil atletas que participam desse campeonato e que, evidentemente, dão uma demonstração de vigor físico, de espírito e que me parece que temos que começar dar ênfase a todas essas pessoas que se dedicam a organizar as atividades esportivas, sobretudo aquelas que envolvem o esporte amador.

Sabemos que a criminalidade está aumentando a cada dia, as grandes dificuldades no problema com as

drogas, e sempre que tivermos alguém dentro de uma quadra esportiva, dentro de um campo de futebol estaremos fazendo com que aumente o conagraçamento, aumente a inclusão social e que as pessoas com isso melhorem a sua condição física.

Também nesta oportunidade presta homenagem pelas Bodas de Prata do nosso grande amigo e companheiro Leônidas Dias, por 25 anos de luta, de história; e presto também uma homenagem a todos os desportistas, muito particularmente quero dirigir-me também aos professores de educação física, que não medem esforços no sentido de estimular a comunidade para que pratique um esporte, o esporte que é vida, que é saúde, o esporte que é tão fundamental na vida do mundo que vivemos hoje, com alto índice de criminalidade, com alto índice de pessoas envolvidas com alcoolismo, dependentes químicos, temos então que investir efetivamente no esporte, de todas as categorias, do futebol amador do Leônidas Dias e também das outras modalidades, basquete, vôlei, enfim, qualquer atividade esportiva merece destaque.

Temos então que homenagear aqueles que se envolvem nesse grande objetivo que é reunir as pessoas nos campos, nas quadras, com grande número de participantes, como fui ontem a Colombo, a Almirante Tamandaré, a Campina Grande do Sul, a Quatro Barras, a Piraquara, em todos os campos já estavam times disputando, dentro da regra e a disciplina, e lá estava uma torcida sempre organizada de cada time, dando uma demonstração de alegria, de paz e amor.

Minha saudação, mais uma vez, ao nobre amigo, Leônidas Dias, pelos seus efeitos; minha saudação aos árbitros de futebol amador, aos bandeirinhas, aos capitães e a todos aqueles que organizam essa atividade que é tão importante para a qualidade de vida das pessoas.

Parabéns à Secretaria de Esporte e Lazer de Curitiba, parabéns à todas as Secretarias de Esporte e Lazer da Região Metropolitana, e meus cumprimentos àqueles Prefeitos que entendem que investir no esporte é diminuir as filas nos postos de saúde, é efetivamente fazer a inclusão social, com saúde, com paz e com harmonia.

Um grande abraço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

### ***Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna na tarde de hoje para registrar o evento promovido pelo PSDB do Paraná, no Hotel Bourbon na manhã de hoje, com a presença maciça dos convencionais do PSDB de todo Estado. Apesar de algumas afirmações de que esse evento estaria limitado apenas ao diretório estadual do partido, pelo contrário, mesmo não sendo convidados os membros, os delegados do PSDB do Estado, tínhamos hoje a presença de mais de 200 delega-

dos do PSDB do interior do Paraná, que espontaneamente viram para manifestar e registrar apoio à pré-candidatura do Beto Richa ao Governo do Paraná.

Portanto, foi um evento democrático, um momento que deixa a marca do PSDB neste Estado e um momento histórico que estamos vivendo com o nome que é uma referência nacional. O Prefeito Beto Richa, queiram ou não é a joia rara, a relíquia do PSDB nacional, considerando por 10 vezes o melhor Prefeito do Brasil! Um partido que tem nos seus quadros um homem do quilate, da envergadura, da qualidade e acima de tudo da experiência administrativa adquirida ao longo do seu mandato de Prefeito, de Vice-Prefeito, não pode prescindir de tê-lo como pré-candidato ao Governo do Paraná. Foi um momento que a democracia falou mais alto, um momento em que a definição ocorreu de forma democrática, sem nenhuma imposição. É uma candidatura que nasceu e fluiu, todo esse tempo, com a maior naturalidade do mundo; uma candidatura que nasceu nas bases pela militância partidária, pelo desejo e a vontade dos paranaenses; uma candidatura que, alicerçada acima de tudo pelo respaldo popular, haverá de estar presente no embate político em outubro deste ano, fazendo e participando desse embate, enriquecimento, com certeza, a sucessão governamental do Paraná.

Nós peesedebistas deste Estado, estamos orgulhosos de termos o nosso pré-candidato Beto Richa na disputa do partido. É lógico que haveremos, em junho, na convenção estadual, numa das festas mais democráticas que haverá de acontecer neste Estado, referendar a decisão do Diretório Estadual. Apesar de algumas afirmações de ser um evento ilegal, entendo que esse evento está revestido, com certeza, mais do que nunca, pelo apoio maciço das lideranças do partido, da militância partidária, o que dá a condição de legalidade. Porque nenhum candidato pode ser candidato por si só, sem o apoio popular, sem o apoio do partido, e é isso que não falta ao Prefeito Beto Richa. Ele não nasceu apenas pela sua vaidade, como ele sempre afirma que não tem; ele não é candidato de si mesmo, ele é um pré-candidato do partido referendado pela base política, pelo Diretório Estadual que lhe indicou no dia de hoje e com certeza haverá de ser referendado na convenção de junho.

Estamos felizes nós da família do PSDB, os Deputados Estaduais, Federais, os Prefeitos, Vice-Prefeitos, porque hoje a candidatura do Prefeito Beto Richa, na minha concepção, na minha leitura, passa a ser uma candidatura suprapartidária, é uma candidatura que hoje empolga a tudo e a todos, é uma candidatura que motiva, que entusiasma, que nos leva ao caminho que todos os paranaenses querem de ter um novo Governo, um Governo modificado. Uso o horário do PSDB.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PSDB***

Uma candidatura de um homem que, na verdade, quando se anda pelo interior do Paraná, e nós que o

acompanhamos percebemos isso, o entusiasmo, a motivação, a alegria que acaba irradiando aos quatro cantos deste Estado. E ela nasceu referendada, acima de tudo, por aquilo que considero ser o mais importante na vida de um homem público, que é o apoio popular. E as pesquisas já mostram isso.

Portanto, nós peesedebistas não poderíamos, de forma alguma, divergir, contrariar aquilo que é a vontade popular dos paranaenses. Apesar de algumas resistências, entendo que o PSDB sai, mais do que nunca, consolidado e acima de tudo, desse episódio, valorizado, porque a decisão foi unânime, demonstra a unidade partidária. Era o que a nossa base queria.

Esta indefinição que estava permeando no Estado, queiram ou não queiram, para o partido era ruim. Agora estamos com o nosso pré-candidato definido aqui no Estado haveremos de fazer uma cruzada no Estado do Paraná com o objetivo de reunir as forças vivas deste Estado, os Vereadores, os Prefeitos, as forças políticas, lideranças empresariais, comunitárias, agricultores, enfim, professores, todos aqueles que querem se somar a este movimento no sentido de levarmos ao Palácio Iguazu um jovem empreendedor, um jovem que hoje é uma das grandes referências da política nacional que é o nosso Prefeito Beto Richa, que 80% da população de Curitiba dizem que querem ver o Prefeito Beto Richa no Palácio Iguazu. Não existe autorização maior do que esta.

É inquestionável colocarmos em dúvida a possibilidade do Prefeito Beto Richa estar presente nesse pleito, porque é o Paraná como um todo que clama, que deseja, que quer tê-lo nessa discussão de um novo momento político para o Paraná. E estamos felizes, porque o PSDB terá oportunidade de mostrar aos paranaenses, de oferecer aos paranaenses a experiência, a capacidade de um homem experimentado na urna, de um homem capacitado, de um homem que aprendeu, ao logo do seu mandato como Prefeito de Curitiba, o suficiente para colocar em prática todas as experiências da Capital a serviço do interior do Paraná.

Estamos, neste dia, a família peesedebistas, motivada, entusiasmada. O que presenciamos na manhã de hoje foi uma festa da democracia. Foi, realmente, uma manifestação de apreço, de carinho, de admiração, de respeito ao nome do nosso pré-candidato. E a militância partidária no interior estava numa expectativa tão forte! Não tínhamos mais resposta para dar, porque era o clamor do PSDB. Não apenas do PSDB, mas de todos os Prefeitos, de outros partidos, de Vereadores que querem se somar a esta cruzada, que querem caminhar com o Prefeito Beto Richa pelo Paraná, para podermos começar a escrever uma nova história neste Estado, mas uma história que possa ser escrita com a participação popular, com a participação de todos os segmentos produtivos deste Estado, como já fez o Prefeito Beto Richa aqui na Capital, ouvindo suas bases, fazendo Audiências Públicas, experimentando uma ação administrativa totalmente diferente de tudo aquilo que aconteceu neste Estado.

É a mudança de conceito de fazer política no Estado do Paraná. É exatamente isto que, com certeza, dá ao Prefeito Beto Richa esta aprovação popular que ele tem aqui na Capital, e tem por parte de todos os paranaenses.

Por isso, estou feliz. E venho aqui como Líder do nosso Partido, o PSDB, falar em nome de todos os Deputados Estaduais, para dizer que a partir de agora queremos ter conosco todos aqueles que querem, realmente, somar a este movimento, os partidos que historicamente estiveram conosco alinhados. Aliás, diga-se de passagem, é importante que se registre aqui a presença do DEM, nesta manhã, prestigiando nosso evento, o Presidente Nelson Justus, Deputado Durval Amaral, Deputado Plauto Miró Guimarães, parceiros históricos, companheiros, que com certeza estarão nesta caminhada conosco, neste movimento, nesta cruzada de mudança do perfil econômico, social, cultural do Estado do Paraná.

É para isso que estamos aqui, para dizer aos paranaenses que queremos agregar quanto mais. Nosso objetivo não é dividir; e sim, somar. E o PSDB deu um exemplo, nesta manhã, de unidade, porque dos 42 - diga-se de passagem - e é importante que os paranaenses registrem isto, Srs. Deputados, para que não paire nenhuma dúvida, para que acabe todo este tipo de informação desencontrada, levada por aqueles que tentaram até o presente momento dividir o PSDB, dos 42 membros do diretório estadual do PSDB presentes na reunião, o Prefeito Beto Richa fez 41 votos. E o Deputado Federal Gustavo Fruet fez um voto.

Isto significa dizer que não há exemplo maior de unidade no Partido do que este. Porque se houvesse uma voz, uma única voz que pudesse contestar a candidatura ou a pré-candidatura do Prefeito Beto Richa, ela haveria de se levantar naquele momento. Não houve. E aí está a demonstração de que o PSDB sai fortalecido, sai a campo, com certeza, com o objetivo de juntar todas as forças vivas deste Paraná, os partidos que querem, realmente, uma revolução neste Estado, uma mudança de estilo, implementar aqui no Paraná algo diferente, como fez o Prefeito Beto Richa aqui na Capital. Eu não tenho a menor dúvida de que teremos conosco, sim, aqueles que lá no passado, historicamente, já estiveram. E ainda acredito na possibilidade de termos aqui nesta aliança, acredito e quero crer que o PDT, por que não dizer parceiro, companheiro de longa data, que haverá de refletir e saber que aqui estão aqueles que lá no passado sustentaram a caminhada do então Senador Osmar Dias para o Governo do Paraná. Espero que reflitam. O momento do Paraná é outro. Nós estamos vivendo um novo momento. Aqueles que na campanha passada o atacaram ou destruíram, hoje, fragilizados, buscam uma alternativa de uma candidatura que não quero discutir, porque essa é uma decisão pessoal do Partido e do próprio Senador, mas fragilizados e enfraquecidos por não ter a sustentabilidade aqui no Estado buscam uma alternativa desesperada de ter como candidato o Senador Osmar Dias, a quem devoto toda

minha admiração e espero que faça uma reflexão e esteja conosco, porque os seus companheiros aqui estão. Essa é a avaliação que faço e o PSDB com certeza tem essa leitura e essa visão.

Espero que possamos, Srs. Deputados, caminhar juntos nessa caminhada histórica em que o Paraná espera a maturidade de todos os políticos deste Estado. Este é o momento da mudança, da renovação, este é o momento em que todos nós, com certeza, acreditamos nesse momento histórico que o Paraná está vivendo. E quero convocá-los para que, em uma verdadeira cruzada, possamos escrever uma história nova neste Estado, sepultando as velhas mazelas, as divergências políticas e ideológicas e quem sabe as intrigas pessoais. Eu disse em um pronunciamento que é um momento raro que o Paraná está vivendo, de ter no Governo do Paraná um jovem da capacidade, da experiência e da maturidade do Prefeito Beto Richa. Muito mais importante do que as eleições para Deputados, quem sabe, é a eleição do novo Governador do Paraná e este é um momento raro e o Paraná haverá, com certeza, de viver e registrar, os paranaenses em suas memórias, este instante em que o PSDB do Estado coloca à disposição dos paranaenses o nome do Prefeito Beto Richa, referendado por 10 vezes como o melhor Prefeito das Capitais brasileiras, referendado pelas pesquisas de opinião pública, apesar de contestarem, todas elas amplamente favoráveis ao Prefeito Beto Richa, e referendado acima de tudo pela vontade popular, que hoje clama pela mudança no Governo do Paraná. Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

### ***Deputado Plauto Miró (DEM)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã estivemos, em conjunto com os Deputados Nelson Justus, Durval Amaral e Osmar Bertoldi, participando da reunião que o PSDB fez na Capital do Estado apontando a sua simpatia e a sua preferência pela candidatura do Prefeito de Curitiba, Beto Richa, pré-candidato a Governador do Estado do Paraná. Foi uma votação praticamente unânime do PSDB, que dos 42 presentes, 41 votaram pela candidatura do Beto Richa. Isso fez com que ficasse decidido, perante os membros do Diretório Estadual daquele partido, a vontade que todos eles têm de ver no Beto Richa um Governador que possa trazer toda a sua capacidade administrativa, que está colocado à disposição da, e que fez com que, por várias vezes, ele fosse apontado o melhor Prefeito do Brasil.

Nós, do interior, eu como uma pessoa que reside na Cidade de Ponta Grossa, torço, tenho preferência pela candidatura do Beto Richa. E hoje, em companhia dos Parlamentares do Democratas, lá fomos levar o nosso

abraço ao Beto Richa, para que possa ele dar sequência na sua vontade, indo buscar aí, no momento correto, a oficialização da sua candidatura. E a partir de agora que o seu partido apontou o seu desejo para que possa ele começar a fazer as alianças, as discussões com os partidos que tenham a simpatia com a sua candidatura e que possam todos juntos elaborar um plano de Governo, a ser discutido pelos partidários, pela população do Estado do Paraná, e depois da convenção que possa, abertamente, oficialmente ser debatido esse plano de Governo nos quatro cantos do Estado do Paraná.

Trabalho dentro do Democratas, Deputado Traiano, para que o nosso partido possa seguir o caminho, que é até mesmo histórico, pois o Democratas, o antigo PFL, historicamente participou de alianças com o PSDB, defendendo uma mesma linha de pensamento, uma mesma forma de administrar. E esse momento trabalhamos no DEM para que isso possa acontecer novamente e possamos ajudar a discutir e fazer com que o Beto Richa venha a ser o candidato a Governador, e com isso, com uma forte aliança, poder vê-lo eleito, e a partir de 2011 poder administrar o nosso Estado do Paraná com um novo jeito de fazer política: a política do diálogo, da conversa, da discussão, a política das Audiências Públicas, das audiências que são feitas nos bairros da Cidade de Curitiba, e como Governador nos Municípios do nosso Paraná. E tudo isso fazendo com que um Governador eleito possa administrar em conjunto com a população do Estado do Paraná,

Fiquei contente de poder participar de uma reunião onde vimos vários Prefeitos, Vereadores, ex-Prefeitos, militantes do PSDB, lá se manifestando pela simpatia e pela vontade de ver no Beto o candidato e ver o Beto Governador do Estado do Paraná. Estamos trabalhando para juntos podermos caminhar. Pessoalmente tenho deixado publicamente a minha posição, que é a favor dessa candidatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

### ***Deputado Mauro Moraes (PSDB)***

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo à tribuna hoje para dizer que infelizmente em termos de Segurança efetivamente chegamos no fundo do poço, além das quase 80 pessoas que foram mortas durante o carnaval, a grande Curitiba registrou somente no último final de semana 30 assassinatos, ou seja, exatamente uma pessoa assassinada a cada uma hora e 22 minutos precisamente. Veja o caos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que nós chegamos aqui na grande Curitiba, a cada uma hora e 22 minutos um assassinato. Como diz, chegamos no fundo do poço. Por isso,

não podendo mais falar oficialmente por essa Casa porque fui infelizmente destituído da presidência da Comissão de Segurança, organizamos o movimento Paraná sem Violência, e já estamos com mais de 80 mil assinaturas.

O Governo prometeu segurança e vamos cobrar segurança do Governo do Estado. Não dá mais para admitir o caos que se instalou em todo Estado do Paraná. Não existem mais viaturas para a Polícia Militar e para a Polícia Civil nos bairros da Capital e na Região Metropolitana. Faltam policiais civis e militares. Precisamos trazer, urgente, a reativação dos módulos policiais que inibiam a ação da bandidagem, dos delinquentes. Estamos convivendo com uma inversão de valores, onde o cidadão de bem tem que ficar trancado dentro da sua própria casa e, a cada dia mais, os bandidos estão transitando livremente pelas ruas de nossa Cidade. Ainda falam em mutirão de soltar os presos. Temos que fazer mutirão para prender os 50 mil mandados de prisão que já foram expedidos pela Justiça paranaense, que são bandidos, marginais que estão a solta, cujas sentenças estão prescrevendo.

Não dá mais para suportar! Por isso, vamos, numa caminhada, onde pretendo levar mais de 15 mil pessoas em frente do Palácio do Governo e entregar ao Sr. Governador e ao Secretário de Segurança Pública um abaixo-assinado com 100 mil assinaturas, pedindo providências imediatas. Ou seja, precisamos pagar melhor os nossos policiais, que ganham salários miseráveis. Precisamos reativar os módulos policiais na Região Metropolitana e nos bairros de Curitiba. Precisamos comprar mais viaturas para as Polícias Militar e Civil. Precisamos colocar rondas policiais nos comércios da nossa Capital, nas ruas principais, porque tem comerciante que já foi assaltado cinco, seis vezes e alguns chegaram até falir. A situação é crítica. Não dá mais para suportar esse estado de coisa.

O Legislativo não pode ficar calado. Não podemos cruzar os nossos braços. Temos que fazer alguma coisa. E eu estava fazendo. E, justamente por estar fazendo que fui retirado da Comissão de Segurança. É um absurdo! Pela primeira vez nesta Casa se viu uma comissão que fazia, toda semana, audiências, seminários, simpósios, palestras e repentinamente este presidente foi retirado, porque o Poder Executivo mandou, porque o Poder Executivo pediu, porque o Governador determinou. Esta Casa tem que ter a sua independência. Não podemos ficar sob o julgo do Poder Executivo. Temos que defender a todo instante e a todo o momento a independência do nosso Legislativo. Podem até me tirar na Justiça o meu mandato, mas jamais vão tirar a minha dignidade, porque vou continuar lutando. Vou continuar batalhando contra a violência que está tomando conta do nosso Estado. Vou continuar brigando contra a epidemia do crack que assola nossa Nação e destrói as nossas famílias paranaenses.

Muito obrigado.

## Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou tocar num tema hoje que alguns têm medo de falar. Alguns porque acham que não se pode tocar no intocável, que é o Tribunal de Justiça. Mas, acompanhando a imprensa nos últimos dias, a Gazeta do Povo fez uma matéria de capa que me deixou preocupado, muito preocupado: *Tribunal de Justiça paga salário de até R\$ 100 mil! Em dezembro, um servidor do Tribunal de Justiça recebeu R\$ 100 mil*". Alguém poderia perguntar: "Mas é o Desembargador chefe?" Não, não é o Desembargador chefe. "Mas quem autorizou?"

Srs. Deputados que já foram Prefeitos, poderíamos pegar naquela parte que o Ministério Público sempre pega nos Prefeitos: "A responsabilidade é de quem autorizou o pagamento." É o ordenador de despesas o grande responsável e, por isso, o Ministério Público pede a devolução do dinheiro, bens bloqueados e pede a suspensão dos direitos políticos do agente que cometeu aquele ato de fazer o pagamento, e daí isso vai parar no Tribunal de Justiça, que determina que se devolva o dinheiro, que se perca os direitos políticos e, às vezes, manda até prender alguns políticos.

Quem é que vai prender o Tribunal de Justiça? Eu pergunto. Alguém tem coragem para tal? Ou vamos ter que ouvir o Celso Nascimento, colunista da Gazeta do Povo, escrever - prestem atenção no que ele escreveu hoje: *O escândalo dos salários do Tribunal de Justiça estava coberto de mofo desde 2007*. Já temos três anos de salários e gratificações engavetadas. Srs. Deputados, um colunista está fiscalizando o que nós não fiscalizamos.

(Lê):

*O escândalo dos altos salários pagos pelo Tribunal de Justiça a alguns de seus funcionários poderia ter sido evitado. O problema foi constatado em 2007 por meio de inspeções regulares do Tribunal de Contas. Os Presidentes das duas instituições, à época o Desembargador Vidal Coelho (TJ) e o Conselheiro Nestor Baptista (TC), vizinhos da praça Nossa Senhora de Salete e próximos o suficiente para percorrer a pé a distância entre os respectivos gabinetes, preferiram sentar sobre o problema e empurrar para o fundo da uma gaveta o minucioso relatório técnico que apontava as grossas ilegalidades.*

*Esta coluna teve acesso ao inteiro teor do relatório elaborado pela inspetoria do Tribunal de Contas respon-*

*sável pelo controle do TJ. Para quem quiser saber, está Protocolado sob o nº 115.192/09-TC.*

*O processo começou a tomar forma há mais de dois anos, quando funcionários do quadro técnico do Tribunal de Contas escreveram: "Durante os trabalhos de fiscalização junto ao egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, foram constatadas diversas irregularidades relacionadas a desvios funcionais, funções gratificadas, gratificações (encargos especiais e Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE) e verba de representação de assessores jurídicos". Estas primeiras linhas já seriam suficientes para dar a dimensão do problema - mas, nas páginas seguintes do longo documento que assinaram, os inspetores do TC descenderam a detalhes para demonstrar a gravidade do que encontraram. Citaram os exemplos mais gritantes, dando nomes aos funcionários com salários exagerados ou não condizentes com o cargo para o qual foram nomeados. Ascensorista por exemplo, lotado no Centro de Protocolo, recebem altas somas em gratificações. Uma copeira foi parar no Departamento Judiciário no qual exerce a chefia da Seção de Pautas de Julgamento - claro que com salário e gratificações de fazer inveja a qualquer trabalhador comum. Centenas de casos assemelhavam-se a esses.*

*Os inspetores determinaram as causas do descalabro que encontraram no Tribunal de Justiça em quatro itens:*

- inadequado quadro de pessoal;
- política de pessoal inadequada;
- falta de controle na concessão de benefícios;
- ausência de atuação do controle interno.

*O Presidente do Tribunal de Justiça - tanto Vidal Coelho, que exercia o cargo à época do relatório, quanto seu sucessor, Carlos Hoffmann - foram instruídos sobre os procedimentos que deveriam seguir para sanear as irregularidades, como consta do capítulo "Recomendações" do relatório.*

*Entre outras coisas - não tivesse sido convenientemente "esquecido" - o relatório mandava a cúpula do Tribunal de Justiça de abster-se de "atribuir aos seus servidores atividades não inerentes aos cargos para os quais foram nomeados"; que também apurasse "a responsabilidade das chefias imediatas por desvio de função". Nem essas nem as demais 13 recomendações foram obedecidas. Nem o Tribunal de Justiça quis seguir nem o Tribunal de Contas exigiu ou cobrou providências.*

*Interessante: justamente os dois órgãos encarregados de zelar e cobrar pela legalidade dos atos - dos outros!*

Deputado Dobrandino, Srs. Deputados: aqui está um caso que mexe com a política do Paraná. Um servidor receber R\$ 100 mil; um médico recebe R\$ 27 mil; um porteiro de auditório R\$ 8 mil; Deputada Rosane, uma auxiliar de enfermagem R\$ 7 mil e 297. É o que está aqui. E o escrivão cível recebeu R\$ 100 mil; um oficial de Justiça, R\$ 62 mil; um Juiz R\$ 35 mil; e 23 Desembarga-

dores R\$ 33 mil. É claro que dezembro é um mês que pode ter férias, pode ter 1/3 das férias, pode ter alguma gratificação. Alguns casos há de se entender que pode ter uma dobra. Mas o que não dá para entender é o que o Tribunal de Contas diz. Quando o Tribunal de Contas pega um Prefeito e executa porque ele descumpriu um artigo da lei, ele sofre, ele contrata advogado, e assim vai. Esta que é a grande verdade.

Então, quando vemos isso, ficamos nos perguntando: como podemos ser julgados, porque fiz uma contratação errada, do ponto de vista judicial, eu Prefeito, e agora o Tribunal de Justiça, que julga os agentes políticos fez muito pior. Não deu nada! É como a obra do Tribunal de Justiça aqui do lado. Um superfaturamento de mais de 20 milhões e não deu nada. Não vai dar nada. Está comprovado o desvio de recursos aqui no Tribunal de Justiça. Um elevador que era para custar 400, 500 mil, custou 1 milhão e meio. Mas não vai dar nada. Por quê? Por que somos omissos, por que não queremos discutir, por que temos medo de enfrentar o que está acontecendo nesse País? Vamos nos calar? Vamos continuar vendo o Celso Nascimento dizer que ele tem cópia de um acórdão de um documento, de um protocolado do Tribunal de Contas que os técnicos dizem que está tudo errado, que comunicaram aos Srs. Presidentes: “Olha, tem gente recebendo demais”. Isso por escrito. Mas e daí?

Está aqui, um jornalista publica e nós fazemos o quê? Não podemos fiscalizar o Tribunal de Justiça. Só para dar satisfação ao povo - nós não podemos fiscalizar - nós aqui, Deputados, não temos poder de fiscalizá-los. Foi assim com os cartórios, é assim com o FUNREJUS, é assim com o prédio superfaturado aqui. Agora, eles podem nos julgar, Deputados Belinati, por qualquer erro administrativo, uma nota sem empenho, por qualquer coisa eles podem nos julgar. Agora, nós não podemos fiscalizá-los.

Onde que está escrito isso? A Constituição diz que podemos fiscalizar, diz mas não diz. E diz, não podemos ir lá, porque quando protocolamos o protocolo vem dizendo que não pode, a Assembleia não, chegou a sair um parecer, senhores, povo do Paraná, saiu uma sentença dizendo que a Assembleia não tem poder de fiscalizar o Tribunal de Justiça. Mas o dinheiro não é público? Eu pergunto, Deputado Caíto, o dinheiro não é público? A Assembleia não pode fiscalizar?

Enfim, hoje estou protocolando aqui um requerimento e espero que o nosso líder, nosso querido Romaneli, hoje não influencie os Deputados, não faça aquele joguinho de: “Olha, temos que proteger o Tribunal”. Vamos só ver se está certo o Celso Nascimento, que diz que o documento que está com ele prova que eles já sabiam que havia isso.

Por outro lado, Sr. Presidente, é preciso dizer também, Deputado Pastor Edson, que o Ministério Público não está longe do Tribunal de Justiça também, não está longe. Têm salários com gratificações acima, várias gratificações, gratificação por isso, por aquilo, também tem!

Então, deixo esta colocação como uma provocação ao debate: como nós políticos vamos ser julgados por um Tribunal que faz pior do que nós? Como vamos aceitar isso, sermos penalizados por um erro administrativo, quando o Tribunal de Justiça sabia que estava errando e não tomou providências?

Eu pergunto: como eles vão julgar as contas dos Prefeitos, dos agentes políticos se eles não cuidam das deles?

Sei que amanhã vão andar meus processos, mas não tem problema. É preferível que ande, mas que eu não seja acusado, como diz aqui o Celso Nascimento, de ser um covarde político.

Era isso, Sr. Presidente.

### ***Horários das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente Nelson Justus, Srs. e Sras. Deputados, também cumprimentar o povo do Paraná que nos acompanha pela TV SINAL. Srs. e Sras. Deputados, essa TV SINAL tem audiência, andei este final de semana por diversos Municípios conversando com lideranças, foram muitos Municípios e em praticamente todos sempre teve alguém que se manifestou que acompanha o trabalho dos Deputados através da TV SINAL. Então realmente é um ponto muito positivo essa TV SINAL na Casa dos paranaenses.

Agora, saímos pelos Municípios fazendo as prestações de contas e naturalmente que além das sugestões que a população traz para que possamos dar sequência ao nosso trabalho aqui na Assembleia, um dos questionamentos que eu tenho constantemente ouvido é: “Qual é a posição do PPS? O PPS vai ter candidatura própria ao Governo?” Isso por quê? Porque está havendo uma divisão do Beto Richa com o Osmar Dias. O Osmar está indo para um lado e o Beto Richa para o outro e o Álvaro Dias também agora sai reclamando aí da pré-convenção do PSDB.

Então, qual é a nossa posição do PPS? A nossa posição ainda é lutar pela aliança, não é porque decidiram por uma pré-candidatura hoje, mas essa pré-candidatura já estava colocada na nossa cabeça, a do Prefeito Beto Richa. E também tem a pré-candidatura do PDT que é a do Senador Osmar Dias e a nossa posição é ainda lutar pela aliança, ainda continuar pedindo para que o Osmar Dias e o Beto Richa, agora tendo dois nomes, antes tinha também o nome do Álvaro Dias. Pelo que eu entendi da entrevista do Senador Álvaro Dias, que ouvi

hoje pelo rádio ele está deixando a sua pré-candidatura, pelo que eu entendi, mas isso só ele poderá dizer.

Nós do PPS ainda firmamos o pé para trabalharmos pela aliança, pensar no Paraná e no Brasil, porque se dividirmos os dois líderes maiores - vamos chamar assim - tanto o Osmar quanto o Beto e nós estamos trabalhando já há alguns anos juntos, o PPS trabalhou apoiando no segundo turno o Osmar Dias para Governador e quase venceu a eleição. Não venceu porque, na minha opinião, demorou a tomar a decisão de ser candidato naquela oportunidade, senão teria ganhado a eleição do Governador Roberto Requião. A diferença foi de apenas 10 mil votos, 10 mil votos é pouca a diferença, para Governador, no Estado do Paraná.

Depois apoiamos, numa grande aliança o Prefeito Beto Richa que ganhou a eleição no primeiro turno. Agora com estes dois nomes nós do PPS continuamos ainda trabalhando pela aliança. Se realmente não acontecer essa aliança que nós esperamos e vamos lutar até o prazo final que é agora abril, aí sim, nós temos que sentar, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Felipe Lucas, nosso Presidente Rubens Bueno, Deputado Cezar Silvestri, hoje ainda conversamos com ele e outras lideranças do partido, Vereadores, diversos Prefeitos, Vice-Prefeitos e principalmente os diretórios do partido que são mais de 300 diretórios em todo o Paraná e que estão trabalhando para esta aliança. Vamos trabalhar para manter a aliança, mas senão for possível não descarto a hipótese de trabalhar com candidatura própria. Porque se todos os partidos pensarem em lançar candidato será que é o desejo da população, será que é o desejo do nosso pré-candidato a Presidente, que tenha uma divisão, uma separação aqui no Paraná?

Então, temos que trabalhar, Deputado Marcelo Rangel e acho que V. Exa. também pensa nesse sentido, trabalhar para manter a aliança. Porque tenho certeza que se mantivermos a aliança, Beto Richa, Osmar Dias, Álvaro Dias, Rubens Bueno e outras lideranças tenho certeza que ganharemos a eleição no primeiro turno. E levar um plano de Governo para a população que respeite a população, porque são muitos os problemas que o Paraná está enfrentando. Poderia falar sobre a falta de Segurança no Paraná, esse é um problema gravíssimo, estou ouvindo até dizer da possibilidade de greve dos policiais. Por quê? Porque o Paraná não está cuidando desse setor. Mas não é só isso não. As estradas já não estão mais com aquela qualidade que tinha antigamente. O Governador Requião fez aquela casca de ovo por cima do asfalto e ganhou a eleição. Vai ver o estado que está a estrada, Corumbataí até Barbosa Ferraz, Mamborê, também vai ver e poderia ir para outros Municípios. Na região de V. Exa., também deve ter estradas em condições precárias. Tem muitos problemas no Estado do Paraná que o futuro Governador terá que cuidar.

Mas, gostaria que o futuro Governador fosse da base de Oposição aqui da Assembleia Legislativa e que estão entre os nomes Beto Richa, Álvaro Dias e o próprio Rubens Bueno que representa o PPS. Mesmo com a deci-

são hoje do PSDB, ainda temos que trabalhar e procurar o Osmar para conversar para ver se temos uma aliança, continuar mantendo a aliança para ver se ganhamos a eleição no primeiro turno. Essa é a minha posição, trabalhar ainda pela aliança. E vou falar hoje na reunião do partido que continuamos trabalhando pela aliança, pelo menos até o início de abril, se não for possível vamos ter que optar. Sei que no partido tem um grupo que prefere o Beto Richa, como também tem pessoas simpáticas a candidatura do Osmar, tem um grupo simpático a lançar candidatura própria aí sim temos que conversar, num consenso para escolher o melhor caminho.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Concordo com o seu pronunciamento e é importante o posicionamento do PPS, porque está acontecendo uma divisão na aliança que construímos a partir de 2006. E essa divisão deixa o PPS apreensivo. Não estamos felizes com isso, cada um indo para um lado, Osmar para um lado e Beto para outro. Temos que repensar e ter a responsabilidade partidária, inclusive para até mesmo repensarmos a questão do PPS como uma condição de candidatura majoritária e também até mesmo candidatura ao Senado, porque a nossa aliança foi estabelecida em 2006, levamos planos de Governo, estamos construindo já esse plano de Governo já há um bom tempo. E agora, está acontecendo uma desunião dessa grande aliança.

Concordo com V. Exas., acho que a data é dia 1º de abril, até dia 2 de abril o PPS vai aguardar os desdobramentos, porque acho que esse é um momento importante da política paranaense. Mas um momento de apreensão também, está tenso, o clima político no Paraná está tenso, não é de tranquilidade. O PPS tem que ter a responsabilidade e terá, porque o nosso partido tem personalidade para isso. No dia 2 o PPS tem que fazer um pronunciamento firme, contundente, com relação até mesmo à opção de termos uma candidatura majoritária, já que os acordos não foram cumpridos.

Era isso, muito obrigado.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

A verdade, o acordo que V. Exa. se refere, é de trabalharmos pela aliança de que, no campo das Oposições, consigamos trabalhar para termos um candidato próprio. Pode ser o Beto Richa? Por mim pode, não tem nenhum problema. Mas precisamos trabalhar para que tenhamos união. Alguns preferem o Osmar Dias, pode ser o Osmar Dias, tudo bem, mas precisamos trabalhar para que tenhamos união. E aí sim, tenho certeza que quem vai ganhar com isso será o Brasil, o Paraná, principalmente o povo paranaense.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch do Democratas.

## ***Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitos brasileiros dizem que o Brasil começa a funcionar, efetivamente, depois do Carnaval. E semana passada estivemos vivendo a maior festa popular, que é o Carnaval, e junto com ela os meios de comunicação levantaram e transmitiram para os telespectadores, ou para os leitores, para os ouvintes, para os ouvintes, as mais diversas matérias.

Gostaria de fazer menção de uma matéria publicada na Gazeta do Povo no dia 17, semana passada, e republicada depois no dia 18 na coluna do Nelson Nascimento, que diz respeito à liberação de recursos do Governo Federal para os Estados da nossa Federação. E diz aquela reportagem quanto o Paraná recebeu em recursos, quanto cada Estado da Federação tem recebido. Constatou-se que o Paraná foi o segundo Estado que menos recursos tem recebido do Governo Federal. E aí foi muito feliz o colunista Celso Nascimento quando escreveu, dia 18, quem é o verdadeiro culpado. Porque a Gazeta do Povo, seus repórteres perguntaram a alguns cientistas políticos, a alguns economistas a quem se atribuía essa liberação tão insignificante para o Estado do Paraná por parte do Governo Federal.

Ora, alguns falaram que é a falta de representatividade do Estado no Congresso Nacional, outros falaram que é o escritório da representação política do Estado que é inoperante na Capital federal. O Governo do Estado do Paraná, Roberto Requião atribuiu ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que é paranaense, os poucos recursos que têm sido liberados ao nosso Estado. E assim sucessivamente.

Mas quero fazer referência daquilo que saiu, no dia 18, na coluna do Celso Nascimento. Isso já levantamos e denunciamos na Casa, inúmeras vezes, e ele enumerou algumas obras que estavam prestes a sair para o Estado do Paraná, que faziam parte da infraestrutura do nosso Estado. Sabemos que o Estado e o País só se desenvolvem quando há infraestrutura. E qual é a infraestrutura necessária para que você possa aumentar sua produção, escoar sua produção, exportá-la ou mesmo industrializá-la? Precisa de transporte: seja rodoviário, seja ferroviário, hidrovias ou até através dos próprios portos. Você precisa de energia elétrica para que possa locomover e aquecer as máquinas da sua indústria. Precisa da comunicação, para que você possa se comunicar, e aí quero fazer lembrar aqui na Sessão de hoje, aquele que foi elencado e que também já denunciamos aqui.

Logo depois da eleição de 2002, quando o Governador Roberto Requião assumiu a administração do Estado, ele fez o rompimento de diversos contratos. E, lógico, a grande maioria desses rompimentos dos contratos unilaterais estão onde hoje? Estão na Justiça. A Justiça vai julgando com o passar do tempo e vai

condenando a parte que infringiu o contrato. As ações que estão hoje na Justiça, seja dos transgênicos, seja do porto de Paranaguá, seja da SANEPAR, seja da UEG - Araucária, seja da COPEL, seja do pedágio, enfim, todos esses rompimentos desses contratos estão na Justiça, e há quem diga que o passivo que este Governo vai deixar é algo incalculável, são bilhões e bilhões de reais que a sociedade do Paraná tem que pagar.

Mas vamos citar algumas coisas, por exemplo, o porto de Paranaguá. Ele já tinha recursos, já estava licitado para a construção do cais do Oeste, e o que o Governador Roberto Requião fez? Disse que a obra era superfaturada e rompeu o contrato, eram 230 milhões que viriam para o Estado do Paraná para melhorar a infraestrutura do Estado do Paraná. Passados sete anos e não se conseguiu mais reativar esse convênio com o Governo Federal e oferecer melhores condições para os exportadores, ou mesmo para os importadores que usam o porto de Paranaguá.

Felizes estão os nossos vizinhos, Santa Catarina e São Paulo, onde vão os exportadores ou mesmo os importadores, os operadores com os portos do nosso Brasil. E o Paraná perdeu. Aí o culpado é quem? O culpado não é o Ministro Paulo Bernardo, não são os Deputados Federais, não são os Senadores, mas o culpado disso é, única e exclusivamente, o Governo do Estado do Paraná, Roberto Requião.

E o contorno ferroviário de Curitiba, que também já tinha seu dinheiro disponível para que pudesse ser construído o contorno, hoje, que perturba o centro de Curitiba, onde passa a ferrovia e essa poderia passar pelo lado de fora: R\$ 250 milhões que não foram liberados e dificilmente neste Governo serão liberados. Culpa de quem? Por falta de licença, por falta de teimosia, por falta de vontade política, podíamos dizer:

E o ramal ferroviário, ou seja, da FERROESTE: 550 milhões. Ah, não pode ser feito dessa forma porque vai beneficiar a ALL, e não pode beneficiar a ALL porque é uma empresa privada e a FERROESTE é uma empresa pública. Só pode ser investido desde que ela seja retomada para o Governo Estadual. Uma briga que está na Justiça e ainda não acabou. Muitas coisa ainda poderá acontecer em relação à retomada do controle da FERROESTE, que foi na época privatizada sua operacionalidade e não a FERROESTE. E o Paraná perdeu, o Oeste perdeu, a economia do Paraná perdeu R\$ 550 milhões. Culpa de quem? Do Governo do Estado do Paraná!

E as Pequenas Centrais Hidrelétricas, quantas estavam em construção? Ainda quando o Secretário do Meio Ambiente, o eminente Deputado Luiz Eduardo Cheida era Secretário do Meio Ambiente, as autorizações já tinham sido concedidas, algumas usinas estavam em andamento, mas veio depois o próprio Governador e disse: "Não, não se faz as Pequenas Centrais Hidrelétricas porque aqui no Paraná temos uma empresa chamada COPEL. A COPEL é nossa e não dá para permitir que outras empresas venham construir centrais hidrelétricas!

E quem perde com isso? A economia do Paraná perdeu, única e exclusivamente por culpa do Governador Roberto Requião.

E a Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, que seria a última usina a ser construída, então, no rio Iguaçu, ao menos de grande porte, já que o rio Iguaçu nasce no Paraná e desemboca no rio Paraná, também no nosso Estado do Paraná. Seria a última usina de grande porte a ser construída, próxima ao Parque Nacional do Iguaçu, que hoje é um patrimônio da humanidade.

O que é que o Governo do Estado fez? A COPEL participou da licitação. Quando a COPEL perdeu a licitação, quer dizer, a COPEL é nossa, uma empresa pública, perdeu a licitação, e o que o Governo do Estado fez imediatamente? Cancelou a licença ambiental e não pode construir essa usina, que deve estar na Justiça, também. E aí seria mais de R\$ 1 bilhão que deixam de ser investidos na infraestrutura necessária para que possamos preparar cada vez melhor nosso Estado do Paraná.

Teria outras “n” questões para serem elencadas. Mas, como nosso tempo é curto e eu fiz questão de levantar isto de novo, não é possível que, de repente, tudo isso caia no esquecimento, e para quem ouve o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que vai ficar ainda frente ao Executivo por 30 e poucos dias, já que ele deve sair do Governo do Estado no início de abril para disputar uma vaga no Senado, é importante que lembremos isto à sociedade do Paraná, o que o Paraná perdeu em relação a esses rompimentos unilaterais impostos pelo Governo do Estado do Paraná. Não podemos aceitar isto calados.

Seria esta a colocação, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário da Liderança do PT, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade gostaria de fazer um debate que já foi iniciado pelo Deputado Jocelito Canto, mas dentro de uma outra ótica. Porque o Deputado Jocelito Canto, que me antecedeu, fez uma série de considerações a respeito de algumas matérias que saíram nos principais jornais do Estado do Paraná, e inclusive a matéria que traz o quadro de salários do Tribunal de Justiça, que foi publicada por determinação do Conselho Nacional de Justiça, Conselho este que também determina que todos os meses, a partir de abril, tenhamos a relação dos gastos que estão sendo feitos nos Tribunais, e outras determinações também.

Claro que surpreende, que chama a atenção, que nos deixa perplexos quando vemos salários extrema-

mente dissonantes e díspares com relação aquilo que deveria ser a base do funcionalismo. E mais ainda: em relação àquilo que deveria ser o teto do servidor público.

É óbvio que ninguém aqui pode aceitar e achar que é normal que uma determinada pessoa, seja da forma que for, receba 70, 80, R\$ 100 mil por mês. É óbvio que não podemos concordar que Desembargadores recebam 30, 40, R\$ 50 mil por mês, seja com qual justificativa for.

Por que digo que é óbvio? Porque se tivéssemos um único funcionário desta Casa, um único servidor recebendo uma salário que fosse próximo disto, certamente seríamos execrados por toda a sociedade, durante semanas e meses. E não seria aquele funcionário, não seria aquele Deputado, seriam todos os Deputados, a Assembleia Legislativa como um todo.

Acho que não podemos colocar o Tribunal de Justiça como um todo. Agora, não podemos também aceitar que o Tribunal de Justiça não tenha mecanismos de controle que impeçam que ações como esta continuem acontecendo. E por que digo que continuem acontecendo? Não ouvi, mas o Presidente do Tribunal, se não foi ele que me perdoe, mas foi outro Desembargador, deu uma entrevista dizendo que esses salários eram fruto de uma ação que ocorria por conta, inclusive, de provimento derivado, ou seja, aquelas pessoas que fizeram concurso público para uma determinada função e no exercício do seu cargo, tiveram oportunidade de fazer curso superior, esse curso superior foi agregado e passaram a ter promoções sem que fizessem concurso para essa função. Se foi isso - e pelo menos foi essa a justificativa dada - é muito grave. É muito mais grave, porque a Constituição Federal proíbe provimento derivado e esse tem sido um tema que nós aqui nesta Casa temos debatido. Você não pode fazer concurso para ascensorista e por conta do curso superior que você fez, seja de engenharia, de enfermagem, de direito ou de medicina, receber como se médico fosse, como se enfermeiro fosse, como se advogado fosse, porque você não está no exercício daquela função - e obviamente que isso é sabido pelo Tribunal.

Mas o que me chama a atenção é que essas remunerações não são casos isolados. Temos uma série de remunerações que estão sendo pagas pelo Tribunal e, que todos os anos acabamos aprovando aqui na Casa, acabamos recebendo projetos de lei para criarmos cargos em comissão, de livre provimento e sem concurso público. Esses cargos, no ano passado lembro-me que aprovamos uma série, não sei se foram 100, 150 ou 180 cargos e eu questioneei inclusive por que cada Juiz deveria ter um assessor sem que ele pudesse passar por um concurso público. A explicação dada é que seria muito mais fácil o Juiz nomear alguém de sua confiança e quando aquele Juiz fosse transferido, essa pessoa automaticamente seria exonerada. Pode ser lógico do ponto de vista até de facilitar o trabalho, mas cria situações que cada vez mais o Tribunal tem que buscar recursos.

E quero, antes de conceder um aparte, lembrar que tínhamos o Fundo Penitenciário. Qual era a função do

Fundo Penitenciário? Qual era a função do Fundo Penitenciário? Ele tinha por obrigação fazer investimentos no sistema carcerário, sistema esse que sem dúvida nenhuma é um dos maiores problemas temos no Brasil e no Paraná não é diferente. E quero aqui discordar veemente do Deputado Mauro Moraes, que fez aqui uma afirmação que me parece perigosa. Dizer que não podemos fazer o mutirão porque ele colocará milhares de pessoas em liberdade - não sei se foi isso o que o Deputado Mauro Moraes quis dizer - mas só colocará em liberdade aquelas pessoas que já têm direito. O mutirão é uma obrigação do Judiciário. Infelizmente é uma pena que tenhamos que fazer mutirão. Por quê? O mutirão carcerário na verdade é um paliativo para uma situação que vivemos no Paraná e em Santa Catarina, de não termos inclusive uma Defensoria Pública conforme prevê a Constituição Federal, porque se tivéssemos, não estaríamos vivendo essa situação.

O mutirão carcerário é o mínimo que podemos oferecer. Não estamos retirando pessoas que estão condenadas mas ao contrário, estamos dando oportunidade àqueles que já cumpriram pena de não ficarem no sistema carcerário. E o Fundo Penitenciário tinha exatamente a função de equipar e prover as penitenciárias. O Fundo Penitenciário foi extinto. O Fundo Penitenciário criado, depois foi anexado ao FUNREJUS, que hoje é o FUNJUS, e todos esses fundos recebem percentuais extremamente significativos das custas cartoriais. E por que digo que isso é importante? Porque quando vem um projeto de lei aqui para aumentar em 50% as custas dos cartórios, toda a sociedade é contrária e os Deputados são contrários - inclusive porque um cartório é extremamente rentável. Agora, não podemos nos esquecer de como é composto o valor dessa custa, inclusive porque exatamente aquilo que é pago para o cartório, é pago para o Fundo

Então, o que temos que fazer? Há um projeto de lei aqui, que está para ser votado há sete anos e no dia em que foi feita a Audiência Pública, insistimos que esse projeto não pode ser votado, porque ele parte de bases anacrônicas e bases ultrapassadas. Temos que ter um outro projeto de lei, um outro projeto de lei que crie condições objetivas de termos de fato uma cobrança que seja real, e não da forma como se quer hoje. Então, não dá para o cartório cobrar por um registro de imóvel um valor e o mesmo valor ser repassado para o Fundo do Judiciário, quando na verdade esse Fundo do Judiciário, por uma determinação inclusive, a pedido do Judiciário, mas por uma determinação da Assembleia, esse fundo do judiciário hoje é um dos responsáveis por pagar salários. E aí, paga-se salários da forma como estamos falando hoje como se fosse uma coisa normal. Por quê? Porque há exatamente esses recursos, que não são recursos orçamentários, é bom que a população saiba, não são recursos orçamentários, são recursos para além do orçamento. E eu não tenho dúvida, é importante esse debate, acho que o Judiciário tem que fazer esse debate.

E nós, não podemos nos esquecer que esse debate é um debate público, é um debate que a sociedade exige, é um debate que vamos fazer. Infelizmente ele chegou dessa forma, poderia ter sido evitado Deputado Jocelito Canto? Poderia, poderia inclusive com aquela colocação que V. Exa. fez aqui, há dois, três anos isso já foi decretado e já foi colocado para o próprio tribunal. Mas, resolveram deixar como se nada estivesse acontecendo, hoje nós temos uma crise, e uma crise grave. Não é uma crise inventada, não é uma crise para desqualificar o judiciário, não é uma crise que resolve o problema das Varas que temos, que estão assoberbadas, não é uma crise que resolve o problema dos Juízes do interior, que tem muitas vezes apenas a sua cadeira porque não tem mais lugar para colocar processo; mas é uma crise que coloca uma estrutura que está ultrapassada no Judiciário e que nós temos a obrigação de fazer esse debate e rever.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

V. Exa. falou aquilo que exatamente eu queria colocar agora, essa questão desse documento, desse protocolo, que comunicou que havia erros que deveriam ser sanados.

Então, é importante que na votação de hoje aproveitamos aqui o meu requerimento, buscando essa informação do Tribunal de Contas.

É isso, Deputado Tadeu.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Peço desculpas ao Deputado Mauro Moraes porque estou com um minuto para concluir. Gostaria apenas, Deputado Mauro Moraes, de colocar algumas condições. Porque acho que quando discutimos aqui o CNJ, é uma situação nova do Brasil. E acho que ela é a luz da nossa Constituição, a luz do processo democrático que o País vive, é extremamente importante.

Nós queremos, Sr. Presidente, ser fiscalizados, nós todos aqui. Não é à toa que a Assembleia Legislativa tem buscado dar transparência aos seus atos. A Assembleia Legislativa, assim como as Câmaras de Vereadores, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, e agora o Tribunal de Justiça, acho que quando o Tribunal é citado da forma como foi, não é absolutamente desqualificá-lo; mas é lembrar, Sr. Presidente, que estamos vivendo um novo tempo, felizmente um novo tempo, e um tempo que permite que façamos esse debate.

#### **O Sr. Mauro Moraes (PSDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Em razão da importância, Sr. Presidente, de ter o meu nome citado com referência a mutirão, eu não disse que sou contra mutirão, eu disse que antes de fazer esse mutirão é preciso fazer um grande mutirão para que possamos prender os 50 mil bandidos que estão soltos, que já

foram condenados e que estão aí tendo as suas penas prescritas, à solta, porque não são presos pela Polícia. Então, esse mutirão é muito mais importante porque são traficantes, marginais, delinquentes, bandidos, assassinos, condenados já pela Justiça e que estão à solta. Então é preferível fazer esse mutirão. É isso que eu citei.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Apenas para concluir. Acho que o Deputado Mauro Moraes fez a sua explicação, e não é contrário ao que eu disse, Deputado Mauro. O mutirão carcerário, na verdade, tem por objetivo retirar das penitenciárias, retirar das cadeias públicas aquelas pessoas que já cumpriram pena. Se tem algo que é extremamente caro a todos nós é a liberdade. Aliás, as pessoas que estão hoje encarceradas, e que já cumpriram a sua pena, certamente estão numa situação muito grave do que aqueles que porventura não tenham sido ainda, por conta de uma série de problemas não tenham sido detidos e presos.

Esse é um tema que temos que abordar aqui. Temos pessoas hoje que estão detidas em Francisco Beltrão, tivemos seis pessoas presas lá por uma tentativa de assalto. Sabem quanto eles levaram? Dezoito centavos. Claro que o crime existe, foram condenados a três anos por 18 centavos. Essas coisas que precisam ser revistas. Esse é um tema oportuno.

Mais uma vez quero dizer, não é o Tribunal de Justiça enquanto instituição, temos o maior respeito pela instituição. Aliás, pela autonomia devemos respeitar o seu Presidente, os seus Desembargadores, mas não podemos aceitar que os erros cometidos na Assembleia Legislativa, no Tribunal de Contas, no Ministério Público ou em qualquer órgão não sejam debatidos à luz da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto as Lideranças do PSDB, PDT.

(Declinam)

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Esta presidência registra, com satisfação, as presenças dos Deputados Federais Ricardo Barros e Alfredo Kaefer. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

Não pretendia usar o horário da Liderança, mas o meu amigo de muitos anos nesta Casa, Elio Rusch, me fez fazer uma reflexão aos Deputados aqui presentes e para aqueles que nos assistem pela TV SINAL.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. falou em passivo que o Governo deixa. Mas que passivo? O que é passivo? Passivo é conta que você não paga? Ou é ação que você

não permite, através dela, que se consume uma injustiça contra o Estado? É muito fácil falar aqui que este Governo vai deixar um passivo. Mas que passivo? Será que o passivo que o Governo vai deixar é sua luta para que a SANEPAR, empresa pública paranaense, não viesse a ser administrada por um consórcio privado, diminuindo aquilo que o Deputado Elton Welter apresentou numa emenda constitucional dias atrás, que é a Tarifa Social da Água. Será que passivo é lutar para diminuir o lucro daqueles que usam as empresas públicas como forma de renda pessoal e não de benefício para a população? Será que seria correto um Governo que não questionasse na Justiça nada do que foi feito do Governo anterior? Não, eu posso criar um passivo! Então, as injustiças acabariam se perpetuando sem nenhuma discussão, porque poderíamos criar um passivo.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que respeito profundamente, e respeito inclusive a sua situação de Líder da Oposição, que tem que fazer o papel que V. Exa. faz, mão não pode passar por verdade, dizer: “Olha, o Paraná lembre...”, lembre o quê? Será que o Paraná pode esquecer realmente que aqui nesta Casa se travou uma luta extraordinária de manutenção da COPEL, como empresa pública, e que hoje apresenta resultados fantásticos e é considerada uma das melhores do Brasil? Será que lembramos quem votou a favor e quem lutou contra? Quem queria a venda de uma empresa como a COPEL? Será que não temos que lembrar isso também? Ou isso é um passivo que deixamos no Estado do Paraná?

E o pedágio, Dr. Enio Verri, V. Exa. que esteve três anos no Governo como Secretário do Planejamento, e seguramente participou de inúmeras discussões na tentativa de encontrar formas legais de se quebrar esse contrato espúrio contra o povo do Paraná, hoje ouvimos críticas como esta: “O Governador Requião falou que baixa ou acaba o pedágio!” Mas quem diz isto? Quem diz isto é quem votou a favor da criação do pedágio! Quem diz isto é quem sustentou um estelionato eleitoral, quando o Governador Lerner baixou 50% o preço do pedágio na véspera da eleição e, passada a eleição, houve a recuperação judicial dos 50% perdidos, criando os famosos degraus, que hoje têm que ser dados ano a ano na tarifa do pedágio. Isso não é passivo?

Quando falamos em usinas. Mas que usinas? Eu era Deputado nesta Casa, a CCJ não votava uma vez sem fazer a autorização para instalação de uma pequena usina, muitas delas sem nem sequer parecer do órgão ambiental do Estado do Paraná. E isto é passivo?

Nós privatizamos o porto de Paranaguá, quem sabe é passivo. Nós entregamos totalmente a FERROESTE, quem sabe é passivo. Nós vendermos o Banco do Estado do Paraná, como foi vendido por muitos e muito que hoje posam de novos, de mentalidade arejada, mas ajudaram a consumir o patrimônio feito, em anos e anos, do povo paranaense. Então, essas coisas têm que ser discutidas com o mínimo de critério e não virar a página da história,

de uma hora para outra, porque muitos sofreram para escrever essa página.

Lembro daquela luta desesperada feita aqui dentro desta Casa, somando voto, aguentando horas e horas para que se defendesse o patrimônio público do Estado do Paraná, patrimônio das coisas mais importantes do mundo, que são a água e a energia. E agora vira, na opinião do meu amigo Líder da Oposição, como um passivo que o Estado do Paraná vai ter que pagar. Quando se paga, após discutir e lutar, está apenas se restituindo aquilo que os outros queriam que tivesse sido pago lá no início. Você protelou enquanto pode, numa luta judicial, e espero que os Governadores do Paraná, sejam eles quais forem, tenham a coragem de entrar em juízo sem medo de passivos para poder, por exemplo, discutir e rediscutir e não pagar esse absurdo que o Estado do Paraná está pagando, hoje, por conta da venda do Banco do Estado do Paraná, que entregamos de graça e continuamos pagando. Isto é passivo.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, apenas para que nós, no período eleitoral, como esta ano que estamos vivendo, não venhamos jogar em cima de ontem. Está na mente de todo mundo e as pessoas lembram. Os discursos mudaram e aqueles que ajudaram a aprovar hoje cobram por quê foi aprovado. Vamos assumir o nosso papel, vamos discutir o nosso Paraná, vamos construir o nosso Paraná, mas não vão ficar com essa desfaçatez de querer cobrar do Governador as suas ações que evitaram a venda de empresas públicas fantásticas do nosso Estado. Não vamos cobrar do nosso Governador a entrega do patrimônio público para a iniciativa privada tenha lucro, se sobrepondo ao interesse do cidadão.

Obrigado, Sr. Presidente! obrigado, Parlamentares!

Deputado Elio, sabe que por V. Exa. tenho um respeito extraordinário. V. Exa. representa com dignidade a Oposição, como representa com dignidade seus Municípios, mas não é uma verdade absoluta o que V. Exa. colocou nesta Casa, e isto precisa ser contestado, embora nos coloquemos em pontos diferentes.

Obrigado! Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência anuncia a presença do Deputado Federal Odílio Balbinotti. Seja bem-vindo, Deputado, a nossa Casa! Passa-se à Liderança do Governo.

(**Declina**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. É óbvio que eu não faria uso do horário da Liderança da Oposição, já que eu tinha me manifestado no horário do nosso partido. Mas, diante das colocações do eminente

Deputado Caíto Quintana, a quem devoto o maior respeito e estima, até pela sua inteligência, é um dos grandes constitucionalistas que temos aqui na Casa, aliás, foi o relator da nossa Constituição no Estado do Paraná e na época, Deputado Caíto, eu era Vereador na Cidade de Marechal Cândido Rondon, e trocamos algumas informações, em 1989, quando se promulgou a Constituição no Estado do Paraná.

Deputado Caíto, concordo, V. Exa. tem o direito de discordar daquilo que nós afirmamos. Aliás, esse é o papel do Parlamento, do Parlamentar. Uns são Oposição, outros Situação. Não sou Oposição por opção pessoal; sou Oposição ao Governador Roberto Requião porque os eleitores me elegeram no outro lado. Estou no meu quinto mandato. E quando me elegi pela primeira vez Deputado, o Requião se elegeu Governador, fui Oposição a ele. Depois fui eleito Deputado junto com o Governo Jaime Lerner. Por oito anos fui Governo aqui na Casa.

Agora, o Roberto Requião foi eleito em 2002, reeleito em 2006, eu estava no outro lado, não estava apoiando o Roberto Requião. Então, sou Oposição e posso plagiar agora o Governador Aécio Neves, que disse: “Estou na Oposição porque os eleitores nos colocaram na Oposição.” E feliz do Parlamento que tem a Oposição e a Situação. Quem ganha administra e quem perde fiscaliza. É este o papel que estamos fazendo aqui.

E quando eu falei do passivo que este Governo vai deixar, é em relação aos processos de indenização. Vou citar um: a UEG Araucária. A termelétrica. o Governador Roberto Requião, quando assumiu o Governo em 2003, desta tribuna disse que a termelétrica era uma bomba-relógio, que poderia explodir a qualquer momento. Disse desta tribuna também, o Roberto Requião, que a Usina de Salto de Caxias construída pelo seu antecessor poderia estourar a qualquer momento porque havia vazamento na sua barragem. Colocando o Deputado Luiz Carlos Martins, toda população que reside abaixo da barragem de Salto Caxias, em situação pavorosa porque foi a palavra do Governador que disse que poderia estourar a barragem. E quando o Governador disse que era uma bomba-relógio, ele rompeu o contrato com as empresas que tinham as suas ações junto com a COPEL.

O que rendeu isso ao Governo do Estado? Um processo na Câmara Arbitral em Paris, na França. E qual era indenização que o Governo teria que pagar naquela época? Oitocentos e cinquenta milhões de dólares. E o que dizia o contrato da UEG Araucária? Após 20 anos de funcionamento dessa termelétrica, ela retornaria 100% de graça para o Governo do Estado. O Governador rompeu o contrato. A empresa é prejudicada, entra na Justiça e para o Governo não pagar 850 milhões, o que ele fez? Mandou uma mensagem aqui na Casa, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que nós aprovamos aqui a compra das ações de algumas empresas que detinham ações na UEG Araucária e o Governo o Estado pagou R\$ 500 milhões, ou seja, meio bilhão de reais, que nós os paranaenses

pagamos e que não precisaria ser pago, se não fosse o rompimento do Governador Roberto Requião.

Ora, nós estivemos num café da manhã, eu disse isso aqui na Assembleia também, me perdoem se esquecer alguns Deputados, mas o Deputado Luiz Claudio Romanelli estava presente, o Deputado Dobrandino também estava presente, tinha algo em torno de uns 20 Deputados, faz uns dois anos, na Associação dos Procuradores do Governo do Estado, na Associação dos Procuradores, quando eles falaram que estas ações, que as empresas que se sentiam ou que se sentem prejudicadas que estavam entrando na justiça, podia causar um passivo, algo incalculável, e alguém disse naquela ocasião, no café da manhã, algo em torno do mesmo precatório da Central do Paraná. E o precatório da Central do Paraná, não sei qual o valor, mas deve chegar algo em torno de R\$ 5 a 6 bilhões.

E quando eu me referi, Deputado Caíto Quintana, ao passivo, eu me referi ao passivo que este Governo vai deixar na Justiça para os futuros Governos, porque um dia alguém vai pagar a conta, como o próprio Governador pagou uma conta agora semana passada de R\$ 70 mil ou R\$ 60 mil para o Ministro Euclides Scalco, que falou o que não devia ter falado, ele entrou na Justiça, como o Deputado Pastor Edson ganhou uma ação de R\$ 80 mil na Justiça de indenização, diante de quê? Diante de fatos que o Governador fala sem pensar.

E assim o Governador age, quando ele agiu em relação da forma como agiu com os agricultores, a forma como agiu com os transgênicos, da forma como está agindo unilateralmente.

Ora, nós sabemos que vivemos num estado de direito democrático. E o que quer dizer isto? Que ninguém pode estar acima da lei. Você deve administrar ou deve legislar dentro dos limites da legislação. Mas, o Governador Roberto Requião extrapola os seus limites de administrar. E aí ele fere o que? Fere a lei. E quem se sente prejudicado procura o quê? Procura a Justiça. É isto que eu quis dizer. E foi isso que escreveu o jornal a semana passada, e não só Gazeta do Povo, quantas reportagens já caíram no jornal do Estado, e não só Gazeta do Povo, quantas reportagens já saíram no jornal do Estado, Estado do Paraná, na Folha de Londrina, jornal O Paraná, de Cascavel, entre tantos outros jornais no nosso estado que já escreveram aquilo que o Paraná esta fazendo na pessoa do seu Governador Roberto Requião em relação ao rompimento dos contratos unilaterais.

Ora, nós sabemos isso, qualquer um sabe de nós, quando você faz um contrato, bem ou mal feito, mas é um contrato que tem que ser seguido. Se você quer negociar, você tem que sentar com as partes, se você quer romper unilateralmente, a parte prejudicada vai procurar o quê? Vai procurar a Justiça.

E a própria Justiça já diz, ela é cega, ela interpreta única e exclusivamente, friamente a lei. É a mesma coisa que, uma coisa simples que existe, o aluguel de um imóvel - ora, você não pode baixar? Olha eu não vou te pagar

mais tanto ou alguém que é o proprietário do imóvel vai dizer eu quero mais agora, você tem um contrato para cumprir e o Governador Roberto Requião, inteligente, ele é bacharel em Direito, é um dos grandes Juristas que o Paraná tem, ele conhece toda a Legislação, mas ganhar a eleição ele faz de tudo. Ele cria o Ferreirinha, como ele criou em 90 e ganhou a eleição, estava a 20 pontos atrás do Martinez. Ele ia perder a eleição para o Álvaro Dias, em 2002 quando ele bateu na mesa e disse: "O que, Álvaro, uma auditoria? Eu acabo com o pedágio no Paraná." São palavras de quem? Do Roberto Requião. O pedágio não baixou, não acabou, aumentou e que ele mesmo criou mais uma praça aqui na Lapa, o próprio Requião. E daí veio a eleição do Roberto Requião em 2006 - o que ele diz? Não consegui acabar com o pedágio porque os contratos estão muito bem feitos, porque com a Justiça não consigo, mas vou construir as Estradas da Liberdade para o povo do Paraná!" E lá foram os eleitores, mais uma vez votaram em Roberto Requião e ele não baixou, não acabou e não construiu as Estradas da Liberdade!

Quando disse, Deputado Caíto Quintana, com todo respeito que tenho por V. Exa. e com toda certeza cada um de nós faz o seu papel, mas sinto-me no direito, e acho que estou corretíssimo quando trago isso aqui na tribuna para a sociedade refletir sobre o comportamento, aquilo que faz nosso Governador e aquilo que a imprensa escreve, o passivo das questões na Justiça é algo incalculável, só o tempo dirá, talvez daqui a um, dois, 10 anos vai virar o quê? Vai virar precatório, mas quem paga a conta é o povo do Paraná! O Paraná perdeu com Roberto Requião? Perdeu, o porto de Paranaguá perdeu, as rodovias perderam, as hidrovias perderam, por quê? Porque ninguém quer investir no Estado, porque praticamente se instalou uma insegurança jurídica no nosso Estado! Sobre isso vamos falar nas próximas Sessões.

Obrigado, Sr. Presidente.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 011/10, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação do Programa leite aos idosos, no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 012/10, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a reversão ao Município de Flor da Serra do Sul, de áreas de terras do Governo, do Lote Urbano nº 13, da Quadra 06, com área de 649m2,

localizado à rua Marginal, nº 01, com matrícula nº 718, do Registro de Imóveis da Comarca de Barracão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 013/10, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação de Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no Município e Nova Fátima. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strappasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 232, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão Plenária do dia 22 do corrente mês, tendo por motivo retorno de viagem. **À Comissão Executiva.**

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Redação Final**

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 071/09, da proposta de emenda à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Elton Welter, que altera a redação do parágrafo 1º, do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 128 e avulso, de 26/10/09, em Proposta de Emenda Constitucional).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 613/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a venda a menores de 18 anos e a exposição pública de revistas, jornais, DVDs, CDs e cartazes em bancas, livrarias, locadoras de DVDs, CDs ou congêneres que comercializam com conteúdo erótico ou pornográfico. **Aprovada.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 613/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Em consonância com a Lei Federal nº 8069, de 1993, Estatuto da Criança e do Adolescente fica proibido a venda a menores de 18 anos e a exposição pública de revistas, jornais, DVDs, CDs e cartazes em bancas, livrarias, locadoras de filmes por qualquer meio ou congêneres, com conteúdo erótico ou pornográfico.

Art. 2º O não cumprimento desta lei fica sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito;
- II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/02/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 646/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o 4º domingo do mês de outubro como o Dia da Paz entre Torcidas. **Aprovada. (Publ. no DA nº 143/09, de 23/11/09, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 696/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que declara de utilidade pública o Conselho dos Movimentos e Entidades de Apucarana - COMES, com sede e foro na Cidade de Apucarana. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 696/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho dos Movimentos e Entidades Sociais de Apucarana - COMES, com sede e foro no Município de Apucarana

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/02/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 708/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul - ACIARA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 708/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul, Paraná - ACIARA, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22/02/10.  
STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

**1ª Discussão****ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 16128, de 08/06/09. (Dia do Pintor). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 094/09, de 01/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 413/09

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de lei apresentado pelo Deputado Mario Roque almeja alterar, a redação do artigo 1º da Lei nº 16128, de 08/06/09. Esta lei é de autoria do próprio Deputado, a qual institui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia do Pintor, comemorado no dia 01 de agosto. Ocorre que o objetivo do Deputado era instituir o Dia da Pintura e, assim, apresenta a presente proposição como fito de corrigir o erro.

**Fundamentação**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e*

*do Ministério Público, terão origem a Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

Ainda sobre a iniciativa das leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Destarte, no que tange a iniciativa legislativa, não há nenhuma óbice constitucional que impeça a normal tramitação da proposta em tela, visto que não há nenhuma vedação expressa e nem é matéria elencada no artigo 66 da Constituição Estadual, que define o que é de competência privativa do Governador.

A Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 1º, determina que são reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas pela própria Constituição:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa utilizada, verifica-se que o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

**Conclusão**

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

**Requerimentos****O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 186, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 187, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 188 a 208, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 209 a 215, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 216, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 218, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 220, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 221, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 222, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 224, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 227, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 228 e 229, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 230, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 233, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 726/07; 556 e 711/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 314, 574, 616, 723/09 e 008/10.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

#### ***Constituição e Justiça***

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 139/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 171/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 304/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 666/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 013/08, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer do Deputado Reni Pereira pela devolução da matéria ao autor - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 237/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 494/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 370/09, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de retirada de pauta do presente projeto de lei. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 468/07, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 588/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício e Projeto de Lei nº 651/09 de autoria do Deputado Jonas Guimarães, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Clau

dio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 733/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 733/09, de autoria do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Caíto Quintana e Jocelito Canto SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 599/09 de autoria do Deputado Marcelo Rangel - Revoga a Lei nº 15117/06. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 616/09 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 617/09 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 618/09 de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer favorável do Depu-

tado Caíto Quintana - REJEITADO. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto e Duílio Genari votaram contrariamente ao parecer. Os Srs. Tadeu Veneri, Caíto Quintana e Reni Pereira votaram favoravelmente. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta voto em separado CONTRÁRIO. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Tadeu Veneri e Caíto Quintana. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

